



JORNAL DE DEBATES

SÃO PAULO 12 de Junho de 1974 — ANO XVIII — nº 19 — Cr\$ 3,00

CIRCULÂ EM MANAUS, ALTAMIRA, RIO BRANCO, SANTAREM, MACAPÁ E BOA VISTA AO PREÇO DE Cr\$ 4,40

O arroz, o feijão e a Bomba Atômica Indu



NORDESTE:

Produção aumenta mas seu povo está mais pobre

Limeira Tejo:

O GRANDE PROBLEMA DO NOSSO TEMPO É ENCONTRAR A FÓRMULA QUE CONCILIE AS IMPOSIÇÕES DA PLANIFICAÇÃO E OS IMPERATIVOS DA LIBERDADE

Evaldo Diniz:

A RESPONSABILIDADE CONTINENTAL DO BRASIL ESTÁ EM VOLTAR-SE PARA SI MESMO

O MEMORIAL ENVIADO PELOS METALÚRGICOS AO PRESIDENTE GEISEL

AS SOMBRIAS ESTATÍSTICAS DA MORTALIDADE NO BRASIL

PLANIFICAÇÃO E LIBERDADE

LIMEIRA

TEJO

O Estabelecimento não tem mais capacidade para continuar tentando salvar, por meio de fórmulas paternalistas, as aparências de racionalidade do liberalismo. Não temos, portanto, mais tempo para perder em estereis bate-bocas entre editoriais saudosistas e portarias de emergências. Nesta altura dos acontecimentos, não cabem mais panos mornos e meias medidas. De outra parte, amplia-se e se aprofunda constantemente o conflito entre uma nova filosofia do poder público e os velhos princípios de uma ordem fundada nas desigualdades. E, por mais que os interesses tradicionais esbravejem contra o estatismo — um neologismo criado pejorativamente — o Estado irá alargando, cada vez mais, a sua esfera de responsabilidade econômica, justamente porque a empresa privada não se aparelha para desempenhar a sua missão social.

Embora seja, no fundo, uma projeção da guerra permanente entre possuidores e despossuídos, o choque de hoje — entre necessidades gerais e interesses privados — e mais entre esquemas organizacionistas, produzidos pela revolução tecnológica, e o salve-se-quem-puder da livre iniciativa. Na mesma hora, porém, surge um novo e maior perigo: o da formação de sistemas tecnocratas de poder nu e cru. E, no pé em que ainda estão as coisas no Brasil cuja população, na sua grande maioria, é marcada pela pobreza, o analfabetismo e a doença — a quase única alternativa para *laissez passer* é **ON NE PASSE PAS!**

É certo que estão grandemente diminuídas, hoje em dia, as oportunidades históricas para o estabelecimento de tiranias ostensivas. É mais efetiva, presentemente, a vigilância da opinião mundial, apesar de gravemente ferida em todo o planeta — principalmente pelos interesses econômicos dos grupos que estão por trás das empresas proprietárias dos meios de comunicação — a liberdade de informar, comentar e criticar. Mas, não nos iludamos. Embora as circunstâncias se tenham conjugado para tornar a sociedade humana mais resistente aos males políticos despó-

ticos, muita água ainda correrá por baixo da ponte, antes que se crie — na faixa da explosão das civilizações verdes — uma consciência coletiva determinada — a que, de maneira nenhuma, poderemos fugir — é uma faca de dois gumes: a planificação.

Perdemos tanto tempo tentando resolver os problemas coletivos pelo prisma das dificuldades íntimas dos grupos dominantes, sofrendo — durante cinquenta anos decisivos — a castração gradativa dos adiadores do dilúvio que, já agora, o preço do desenvolvimento do Brasil inclui a exigência de simplificação das instituições, mesmo até o ponto de adotarmos uma Constituição taxativa.

A interdependência de interesses sobre a qual assentam as relações da complexa sociedade dos nossos dias — condicionando a ação de cada um ao esforço para dar satisfação às necessidades de todos — fez com que se estreitasse a faixa das opções pessoais. O problema é achar a fórmula que planifique sem bloquear as fontes do pensamento próprio, da consciência livre, da isenção de julgamento, da criação original.

O fato, porém, é que só com planos globais será possível mobilizar homens e recursos ou correlacionar esforços que vêm sendo realizados — até agora dispersivamente — num espaço continental. São inúmeros os obstáculos que terá de vencer uma ação dessa natureza. Há muitas etapas a queimar. E isso não pode ser feito com sermões, pregação doutrinária, bomocismo socializante, mas com o sacrifício das liberdades acessórias, públicas e privadas.

Se vamos reconstruir a casa sem sairmos de dentro dela — isto é, sem mudarmos radicalmente de idealismo — as pressões domésticas se cruzarão em todos os sentidos, cada uma criando um senso setorial de prioridades. Uns acharão que bastará remodelar a fachada. Outros exigirão a redecoreção da sala-de-visitas ou a modernização da cozinha. E não faltarão, certa-

mente, os que sob a alegação de que não temos capitais nem técnica para sequer concertar uma goteira — aconselham a mudança da família para habitação mais modesta e, naturalmente, a entrega do solar a estrangeiros mais endinheirados e mais competentes.

De outra parte, não vivemos no lado invisível da Lua. Por mais que tentemos nos trancar dentro do nosso próprio território, jamais lograremos permanecer à margem das tensões internacionais. O processo da nossa expansão coincidiu com o da caduque das tradicionais estruturas mundiais. Em consequência — justamente por haveremos construído a nossa existência à sombra dessas estruturas — os problemas do nosso desenvolvimento sofrem, de qualquer maneira, a influência de princípios universais já esvaziados e de idéias gerais historicamente ultrapassadas.

O grande impasse dos nossos tempos resulta do fato de tentarmos resolver os problemas da criação de uma nova ordem de relações nos termos dos que foram propostos por fenômenos de outras épocas. E, no nosso caso, não só temos buscado soluções de outra era, como temos nos procurado valer da experiência de civilizações diferentes o que equivale à tentativa de dar à água uma forma diversa da do vaso que a contém. Naturalmente, poderemos providenciar um outro recipiente. Mas, a menos que o diabo se torne ermitão, só por meios violentos a mudança pode ser feita.

Para os moralistas do Estabelecimento, não se poderá aperfeiçoar a sociedade sem que, antes, seja melhorado o homem. Então, o problema de dar uma nova forma ao conteúdo se resumiria em purificar a água e não em trocar de vaso. Além de ser essa uma política social se funda na ingenua esperança de se tornarem justos os que, nas injustiças, ergueram o seu castelo. Mas, se as coisas forem colocadas em termos de interesses — retirando-as da área dos bons sentimentos — o próprio diabo che-

gará à conclusão de que o melhor mesmo, para ele, é isolar-se no deserto para jejuar e meditar.

Se enfrentarmos o problema como sendo o das próprias necessidades de progresso dos grupos dominantes — necessidades que não poderão ser satisfeitas senão em correlação com a melhoria do padrão de vida da grande massa — veremos que não é tão irrealística assim a idéia de criar, partindo do aperfeiçoamento do homem, um novo e menos desarmonioso sistema de convivência social. A burguesia industrial ponto de disparo do processo de transformação da sociedade — não por ser boazinha, mas porque o vigente regime da propriedade da terra se constitui, entre nós, num dos maiores obstáculos à expansão do consumo de manufaturas.

Se continuarmos apelando para saídas paternalistas, que apenas caíam os túmulos, jamais poderemos fugir de tomar providências no sentido de, cada vez mais, concentrar a riqueza. Na aparência, agimos de acordo com a lógica acaciana de que é preciso, primeiramente, criar o que se tem de repartir. Na verdade, porém, fazêmo-lo sempre em atenção aos interesses dos pequenos grupos ricos que — num processo inflacionário — não poderão manter as posições dominantes senão com uma crescente acumulação dos resultados econômicos. Mesmo assim, essas minorias, como os donos de escravos às vésperas da Abolição — cujo último bom negócio era o de vender os negros — chegaram a um ponto em que só podem evitar a ruína alienando as suas empresas ou entrando em associação com organizações estrangeiras.

O verdadeiro desafio a que temos de responder — que envolve o destino da própria minoria dona dos meios de produção — é o de alargarmos aceleradamente a área de impacto do progresso do País. Só assim integraremos no processo da civilização brasileira milhões de homens, mulheres e crianças que se constituem num resíduo social e que — mesmo quando se diz que ocorrem milagres — au-

JORNAL DE DEBATES

Diretor: LIMEIRA TEJO

Secretário: PAULINO ROLIM DE MOURA

Sucursal do Rio (GB)

Diretor: EVALDO DINIZ

Rua Senador Dantas, 19 — conj. 406

Tel.: 242-3844

Gerente: SEVERINO SOUTO MAIOR

Arte: EDISON BRAGA

Diagramação: Rubens Justo

Clóvis Moura, Osvaldo Donadio, Tito Batini,

Pascoal Melantonio, Mônica Schmidt,

E. Tavares.

Redação e Administração:

Avenida São João, 239 — 7.º andar

Fone: 228-4663 — SÃO PAULO

Impressão: DIÁRIO DO GRANDE ABC S/A

Rua Catequese, 562 — Santo André — São Paulo

Distribuição nacional: Abril S/A - Cultural e Industrial

Rua Emilio Goeldi, 575 — São Paulo.

menta constantemente. A medida em que a metade da população for sendo libertada da vegetação a que a condena uma primitiva economia de subsistência — e a nação válida, não tem mais condições para continuar carregando às costas tão esmagador peso morto — irá se formando a pressão que fará desabarem as velhas e, até hoje, inabaláveis estruturas.

Já não nos podemos apegar a processos gradualistas de desenvolvimento, pois se criam seguidamente novas necessidades antes que as velhas sejam inteiramente satisfeitas. Ademais, num continente como o nosso — economicamente vazio na sua maior parte — a correlação de recursos e bem-estar, a coordenação de esforços e relações são complexas demais para serem deixados a cargo do livre funcionamento do sistema. Só o Estado possui os poderes e os instrumentos para fazer com que saltemos as barreiras dentro do prazo — já curto — que a história nos concede para avançarmos em faixa própria.

Não é dançando nas ruas, certamente, que acabaremos com a estagnação em que estão mergulhados dois terços do território do País e deteremos um processo de marginalização que já envolve mais da metade dos seus habitantes. Temos de disciplinar esforços — submetendo-nos, portanto, a uma série de constrangimentos — se quisermos fazer com que dêem na estrada real, quanto antes, todas as veredas pelas quais tem caminhado, dispersivamente, a nossa história. Todos os problemas a enfrentar, englobando hábitos anti-econômicos de minorias que sustentam estruturas arcaicas — e nelas se sustentam — constituem num desafio igual ao da Hidra, que só poderia ser destruída se todas as suas cabeças fossem cortadas de um só golpe.

Esta, no entanto, é uma decisão perigosa. Temos, assim, de encontrar uma maneira de intervir no processo social de maneira a não dar pretexto a que se despreze o princípio segundo o qual as instituições políticas e as regulamentações e-

conômicas são feitas para o povo e não para os grupos. Até hoje, no entanto, não foi encontrada a fórmula que concilie as imposições da Planificação e os imperativos da Liberdade.

E se o problema se tem apresentado de difícil solução em termos de teoria geral — não havendo notícia de já se haver criado um modelo em que o mesmo tenha sido resolvido — muito mais complicado se torna quando enfrentado à luz das características de um organismo nacional. Assim, antes de partirmos para um projeto racional da sociedade brasileira, teremos de descobrir que elementos integram a estrutura básica da nossa formação e identificar as forças que comandam o processo profundo da nossa história.

É uma tarefa que tem de começar da estaca zero de vez que jamais realizamos uma pesquisa sistemática — ainda que acadêmica — no subterrâneo das pressões, tensões e determinismos a que estamos submetidos, desde a fundação de São Vicente. Esta é, sem dúvida uma de-

cisão em profundidade, que só comporta planos a longo prazo. Acontece, apenas, que — para podermos esperar por resultados distantes — temos de resolver os problemas imediatos da onda curta. Isto é, qualquer que seja o preço a pagar — econômico, social, político — impõe-se um grande esforço no sentido de aliviar a sociedade das dificuldades que a crise dos últimos cinquenta anos produziu e acumulou.

Não devemos nos esquecer de que — segundo o terrível, mas realístico, slogan — liberdade não enche barriga e que, portanto, não podemos pensar em democracia antes que todos os brasileiros possam participar da realização e circulação da riqueza. É um desafio cuja resposta não podem dar o simplismo juridicista, a tecnocracia de gabinete e a idéia de que é possível criar uma sociedade livre respeitando, unicamente, os direitos daqueles que — melhor armados — levam sempre a melhor numa batalha livrada de acordo com a lei do salve-se-quem-puder

O MEMORIAL ENVIADO PELOS METALÚRGICOS AO PRESIDENTE GEISEL.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André festejou o dia 1.º de maio — consagrado ao trabalho — de forma inusitada nos últimos anos. Sua direção enviou memorial ao presidente Geisel, onde a categoria profissional analisa a política salarial, o BNH e a Previdência Social, entre outras oportunas observações. Publicado na íntegra em um jornal que circula na região industrial do ABC paulista, o memorial causou "impacto" nos meios sindicais, a ponto de um sindicato congênere, de São Caetano do Sul, haver endossado as críticas de seus companheiros de Santo André e terem feito do memorial o instrumento de seus pensamentos em relação aos assuntos abordados. O fato que provocou o "impacto": o memorial foi publicado na imprensa regional antes de ter sido entregue ao governo federal.

A política salarial foi alvo de contundentes críticas. Para os metalúrgicos da região industrial do ABC paulista "é verdadeiramente constrangedor para nós divergirmos frontalmente de quantos apregoam o acerto da política salarial vigente desde 1965. Acreditamos que os trabalhadores já contribuíram decisivamente para o desenvolvimento alcançado pelo país através de seu trabalho incansável e sem tréguas. A prova mais eloquente do desempenho dos trabalhadores são os altos níveis de produtividade alcançados pelas indústrias".

Ao mesmo tempo, dizem os metalúrgicos, enquanto o PNB deu grandes saltos, houve "diminuição do salário real e do poder aquisitivo do assalariado".

Indicando várias fontes — todas insuspeitas — o memorial critica a fixação do "resíduo inflacionário", que seria mantido à taxa de 6 por cento, metade da inflação prevista para 1973, que deveria ser de 12 por cento. O sindicato refutou essa porcentagem mostrando números mais eloquentes e finaliza dizendo que "há dez anos isso vem ocorrendo, ano a ano, e ninguém toma providências". O DIEESE levantou pesquisa em torno do salário no período de 1965/1974. Reportando-se ao documento, o sindicato coloca o fato nestes termos:

"Temos em mãos estudos do DIEESE sobre o comportamento dos salários no período 1965/1974. Eles demonstram que o salário real desceu

de 100 para 69, de vez que o custo de vida cresceu de 100 para 1.038. Por outro lado, o índice de produtividade, resultado do esforço e da dedicação dos assalariados, subiu de 100 para 156. Se compararmos o índice de salário real da categoria metalúrgica com o índice de produtividade, podemos ver que as perdas são consideráveis. Em 1974 esta perda representa Cr\$ 87.000 para cada Cr\$ 100,00. O estudo concluiu que, para que os salários recuperarem seu poder de compra existente em 1965, nosso reajuste, em abril deste ano, deveria ter sido da ordem de 126,1 por cento".

Para os metalúrgicos "há algo errado com as estatísticas. É flagrante que elas estão completamente distancadas da realidade. Acreditamos até que com elas, se desejou alcançar algum efeito psicológico. Mas nós não vivemos de efeitos psicológicos".

Eles citam estudos realizados pela USP, que também conflitam-se com os dados oficiais. Fazendo alusão à encíclica Populorum Progressio, de Paulo VI, eles dizem:

— Não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento das civilizações em que ele se incluiu. O que importa para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira.

BNH

— "Acusamos o BNH de desfocar os seus objetivos básicos, destinando, atualmente, 60 por cento de seus recursos para problemas de saneamento básico, tornando-se muito mais um banco de desenvolvimento urbano do que de habitação popular propriamente dita. Quando se criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a motivação básica para quem optou era o sonho da casa própria. Hoje estão fraudados todos os que assim sonharam".

Segundo o sindicato, o BNH construiu, até agora, um milhão e cinquenta mil unidades apenas. Sua previsão para 1999, que deve atingir 40 milhões de unidades, não passará dos cinco milhões.

O "déficit" habitacional deverá atingir a cifra de 85 por cento até 1999, caso o BNH não der

novas diretrizes à sua atuação. O sindicato afirma que inicialmente o "déficit" situava-se na faixa de 15 por cento. Mas, dentro da política habitacional atualmente em vigência, dizem os metalúrgicos, o BNH não conseguirá atingir seus objetivos de origem. E o que é pior: a corrente migratória que chega a São Paulo anualmente é de 400.000 pessoas, segundo consta do memorial. Eles denunciam outro aspecto do mesmo problema. É que, de um milhão e cinquenta mil casas construídas através de financiamentos do BNH, "apenas 266.000 beneficiam a faixa popular ou seja, menos de 10 por cento".

INPS

Saudando a criação do Ministério da Previdência Social, os metalúrgicos do ABC paulista fazem críticas e comentários a respeito do INPS. De modo geral, toda a política previdenciária vigente foi criticada. Reconhecendo as deficiências humanas — reduzido número de funcionários para atender à enorme massa de beneficiários — os metalúrgicos observam o problema dos convênios com hospitais e o atendimento que os beneficiários têm recebido. Lastimável, para eles, o que ocorre. O mais grave, no caso, é o que acontece com o sentido de "lucro" auferido sobre modestos operários. Eles dizem:

— Os convênios entre o INPS e as empresas para prestação de assistência médica têm história bem mais triste. É que as empresas, com dinheiro recebido do INPS, subvencionam a prestação da assistência com as grandes empresas médico-hospitalares, passando o trabalhador e suas moléstias a serem motivos de fabulosos lucros.

A crítica mais direta é ao "holding" SAMCIL — Serviços de Assistência Médica ao Comércio e Indústria S. A. O grupo mantém uma série de convênios com várias empresas e seus lucros são provenientes do dinheiro que "carrega dos cofres do INPS", segundo o sindicato, e os lucros somam, líquidos, Cr\$ 12.346.637,74, em 1973. O presidente Geisel já está de posse do memorial. E os metalúrgicos aguardam decisão do chefe da Nação.



Posição Continental do Brasil

IVALDO DINIZ

Não adianta fugir à realidade: a cada estremunhar ideológico dos dirigentes brasileiros segue-se uma onda de tremor político na América do Sul. Os peronistas de esquerda não se dão conta (os de direita nunca se enganaram) de que a chamada doutrina justicialista não passa de uma cópia xerox, atualizada, do getulismo (que, por sua vez, tinha muito do fascismo italiano), ou seja: uma visão distorcida da História, segundo a qual é possível chegar-se ao bem-estar social através da conciliação de interesses antagônicos.

As experiências, nesse sentido, sempre resultaram em impiedosa espoliação das classes média e trabalhadora. A própria Venezuela que, nos quadros da antiga divisão internacional do trabalho, alinhava-se aos interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, foi também sensibilizada pelos ventos culturais e políticos que sopram através da Amazônia brasileira. Não foi à toa, aliás, que o presidente Richard Nixon apresentou o Brasil à América Latina como o seu novo líder, embora seja notório o fato de que o que se passa entre nós — mesmo com reflexos diretos na vizinhança — não pressupõe intenção de hegemonia. Essa hegemonia só é conseguida através de atos concretos que, pelo menos, atendam ao consenso político da região.

Ao fazer tal formulação, o presidente dos Estados Unidos procurou esvaziar — em termos continentais — as repercussões da revolução peruana e, ao mesmo tempo, cotucou o governo de Echeverría, do México, pelos seus rompantes nacionalistas. Isso, os nossos analistas, mal avisados, não souberam perceber. E a resultante das loas crioulas ao milagre brasileiro — foi uma cadeia de declarações de presidentes latino-americanos contra o chamado conceito de hegemonia.

A PULGA ATRÁS DA ORELHA

Numa viagem que realizei pelos países vizinhos, antes da visita do então presidente Garrastazu Médici aos Estados Unidos — quando ocorreu a tal declaração de Nixon — percebi que havia, nas áreas oficiais, uma espécie de suspense quanto ao rumo que tomaria a economia bra-

sileira. Na Argentina e no Uruguai, principalmente, o próprio povo — por outras razões — acompanhava inquieto o desenvolvimento da nova situação brasileira. Mas a alcurha de subimperialistas só ganhamos depois que o presidente norte-americano fez a sua insinuação sobre a nossa hegemonia no continente.

Todo mundo ficou com a pulga atrás da orelha, pois quem indicava o Brasil como líder da parte latino-americana do hemisfério era o chefe de um Estado que — no exercício da sua hegemonia — provocou, só na década de 60, uma descapitalização dos países ao sul do Rio Grande da ordem de oito bilhões de dólares. Teria Nixon chegado à conclusão de que não poderia mais manter a sua área de influência senão através de uma subpotência? Esse raciocínio é que levou os nossos vizinhos a temer que viéssemos a ser um pau mandado de Washington.

Tudo indica, no entanto, que o presidente Geisel atentou para a necessidade de consertar a imagem do Brasil no âmbito continental. Na área econômica interna — onde os fatos geraram a suspeita de um subimperialismo — já se sente o cheiro de guinadas. Na faixa política, ainda temos muito caminho a andar, mas se deve reconhecer que não é aí que tranca o carro das boas relações com os vizinhos. Tudo vai depender, realmente, da nossa capacidade de provarmos — com os nossos planos de produção — que estamos empenhados em ocupar o nosso próprio País e não em pularmos as fronteiras dos outros, a não ser quando possamos ajudar.

NOVOS RUMOS

Parece que, no campo econômico, já não damos às exportações toda a ênfase que o sr. Delfim Neto havia posto, quando — aí aumentarem os nossos embarques para o estrangeiro — uma pequenissima minoria enriqueceu, respaldada por subsídios, incentivos e facilidades creditícias, enquanto o grosso da população não conseguia vencer a barreira dos 300 dólares per capita. Agora, do que se pode deduzir das

primeiras posições do novo governo, iremos concentrar esforços na produção de bens de capital (máquinas e equipamento pesado).

O fato é que não podíamos continuar baseando a nossa política de produção nas teorias dos economistas da chamada ala progressista, os quais — a serviço de planos neocolonialistas — afirmam que, por vivermos num estágio de capitalismo dependente (o que é certo) e num mundo em que as grandes potências industriais monopolizam a tecnologia avançada (o que, também, é verdade) teremos sempre de depender — no nosso esforço de desenvolvimento — da participação de entidades estrangeiras (o que é mentira).

Como progresso não é o mesmo que desenvolvimento, temos de expandir a nossa economia a partir da identificação das nossas necessidades, como o fizeram a Inglaterra, a União Soviética e os Estados Unidos, sendo que os dois últimos países — nas suas fases iniciais recorreram à contratação de cientistas e técnicos estrangeiros. A teoria contrária implica em aceitar como inevitável a dependência com respeito a tudo que contribua para o avanço do nosso sistema de produção.

Longe de cairmos no oba-oba — isto é, no apoio incondicional — aplaudimos a nova política por força de raciocínios críticos e, assim, estamos sendo apenas coerentes quando louvamos a tentativa de se colocar nos ombros do empresariado nacional a responsabilidade pelo desenvolvimento industrial brasileiro. Mas a questão não é somente a de proteger a fábrica doméstica e sim, também, a de ajudá-la a racionalizar-se e crescer em função das necessidades do povo. Realmente, seria lamentável que — no fim de tudo — só alguns grupos se beneficiassem do auxílio do Estado.

O NÓ DA QUESTÃO

Para rompermos as cadeias da dependência econômica, temos de construir os nossos próprios instrumentos. em vez de usar-

mos os enlatados dos Estados Unidos, da Europa e do Japão que só chegam aqui na esteira dos incentivos fiscais, das facilidades creditícias e dos favores administrativos. Além disso, imrõe-se que descolonizemos a Universidade, tornando-a um acelerador do processo da emancipação tecnológica — e não apenas como centro de preparação superior, mas também pela oportunidade que dê aos estudantes para se identificarem com a luta do empresariado nacional como agente do bem-estar coletivo.

Por outro lado, é preciso abandonar a política do arrocho salarial — e não só porque é desumano o achatamento do aluguel da força de trabalho, mas também porque a elevação do poder aquisitivo da grande massa é uma das principais condições para o desenvolvimento de uma economia de mercado. É certo que, num regime de produção cuja mola mestra é o lucro, jamais se chegará ao ideal de uma paga rigorosamente justa. Mas é possível tornar mais amenas as relações entre capital e mão-de-obra. O próprio empresário privado deve bater-se pela execução de um programa que, objetivando o aumento da produção, só terá êxito se, ao mesmo tempo, for ampliada a faixa dos consumidores. Ninguém adquire de acordo com as necessidades de expansão do sistema, se esse sistema limita a capacidade de compra da clientela. Essa é uma verdade dos tempos do velho Ford.

A responsabilidade continental do Brasil está intimamente referida à sua capacidade de resolver — com os seus próprios instrumentos e a sua própria maneira — os problemas do seu desenvolvimento. Quando tivermos um povo bem nutrido — quando a doença e a pobreza forem apenas exceções — quando a nossa Universidade deixar de ser seletiva e o empresariado indígena tiver força para enfrentar as gigantescas multinacionais, aí então o nosso País será um líder natural na América Latina e ninguém mais, ao nosso redor, irá se assustar pelo fato de nos tornarmos uma potência. Pelo contrário, os vizinhos irão beneficiar-se com o nosso avanço econômico.

Estará chegando a hora dos militares norte-americanos?

Seria o Armageddon

PLÍNIO ROLIM DE MOURA

Todos os que analisam os acontecimentos mundiais têm uma única opinião: se as Forças Armadas norte-americanas tomarem o poder, será o fim do mundo. Pois é bom que todos vão se acostumando com a idéia de a Terra acabar porque a probabilidade desse golpe militar já não é — como antes — um absurdo.

Motivo para a tomada do poder pelos militares, nos Estados Unidos, já existe: a crise do petróleo, pior do que um colapso econômico ou muito pior do que o aparecimento, nos arsenais russos, de uma nova arma. O Complexo Industrial Militar não pode conformar-se com ter perdido o controle da energia do mundo, pois aquela velha verdade de que as duas guerras mundiais foram vencidas em uma onda de petróleo, ainda vale para qualquer futura guerra dessa categoria. Quem não tiver petróleo, que não se meta, essa é a realidade. Acontece; que se os americanos quisessem agir, contariam com o apoio secreto ou aberto de toda a Europa, que até agora sustentou o seu desenvolvimento à custa da energia barata. Pretexto para uma intervenção dentro dos Estados Unidos, também existe: a destituição de Nixon, que está por um fio, e que desagrada, pelo menos, metade do povo americano. Este aceitaria, senão passivamente, pelo menos como a solução menos ruim: a ditadura militar para pôr ordem na desordem. Teoria para apoiar a aventura — que nesse caso não seria aventura — também não falta: o fato de o liberalismo, em decadência no Ocidente, impedir o Pentágono de tratar com o Leste em termos duros e centralizados. Disso já resultou a expulsão dos Estados Unidos dos mares onde antes dominava sozinho e o perigo de ficar em posição estratégica totalmente inferior à União Soviética que não precisa de Câmara dos deputados, para tomar decisões urgentes.

Em 1969, precisamente no dia 13 de junho, tomei um ônibus em Tel Aviv e fui conhecer a localidade de Megiddo, onde se destruiu o efêmero império judeu de Davi e Salomão. Em consequência dessa derrota desastrosa, Megiddo deu origem à palavra "armageddon", como Bogotá deu origem à "bogotazo". Pelo natural desenvolvimento semântico, hoje a palavra "armageddon" significa a destruição do mundo em que vivemos, como ato final de uma guerra entre o Ocidente e o Oriente.

A minha visita a Megiddo tinha por finalidade, conhecer a função esotérica dessa área (a planície, a montanha e a fortaleza) tão sinistramente histórica. Hoje, depois de cinco anos, já posso tirar conclusões do que observei. Tenho a impressão de que a vez dos militares norte-americanos está chegando e que isso será — se acontecer o que se espera — o começo do Armageddon.

Desde o fim da intervenção norte-americana no Vietnã, Nixon, que costumo chamar de NICSON, na condição de filho do National Industrial Complex, que deu origem ao Military Industrial Complex, começou a agonizar politicamente. Então apareceu o escândalo de Watergate e ou-



tras "cositas mas" que não apareceriam, se o filho diletto não viesse a trair os interesses da família. Pois tudo indica que quem está por trás da desmoralização de Nixon (NICSON) é o mesmo National Industrial Complex que vai preparar caminho para o domínio totalitário do país pelo Military Industrial Complex. O pretexto para a operação será a violação das instituições sagradas da democracia, que elegeu Nixon com mais de cinquenta por cento dos votos do povo americano.

Esse pretexto, que levaria os militares ao poder, os levaria à guerra de salvação nacional, em defesa também dos povos ameaçados pelo caos, por falta de petróleo barato. De fato, estamos marchando para a mais catastrófica das crises e no seu sub-solo se encontra a do petróleo.

E com quem contariam os árabes para defender a riqueza que os transformou em magnatas do planeta? Só com o Oriente, isto é, a China, a União Soviética a Pérsia e a Índia, agora potência atômica? Não é curioso que o clube atômico tenha três membros do Ocidente e três do Oriente? E não é curioso que o Apocalipse chama esses povos, no versículo 16:12, de "reis do Oriente que vão secar o Rio Eufrates (como já o fizera Ciro, ao tomar

Babilônia) para atravessá-lo"? Se isso acontecer, será o cumprimento integral das profecias do Apocalipse, principalmente nos versículos seguintes:

16:12 — Derramou o sexto anjo a sua taça sobre o grande Rio Eufrates, cujas águas secaram, para que por ele passassem os reis do Oriente.

16:13 — Então vai sair da boca do Dragão (Poder Militar) da boca da Besta (Poder Financeiro) da boca do Falso Profeta (Poder Religioso), três espíritos imundos, semelhantes a sapos.

16:14 — Porque são demônios, que fazem descer fogo do céu à terra (13:13) e que vão convocar os reis do mundo inteiro para ajuntá-los na guerra do grande dia de Deus Todo Poderoso.

16:16 — Então os ajuntaram no lugar que em hebraico quer dizer Armageddon.

Megiddo fica pertinho de todos os poços de petróleo da Arábia Saudita, da Pérsia, do Iraque e dos miliardários emiratos árabes. Um milhão de judeus norte-americanos — se eles não fugissem de lutar pela mãe pátria de Israel — poderiam conquistá-los em poucos dias. Isso se os reis do Oriente não se decidirem a atravessar o grande Rio Eufrates. Mas se isso acontecer... adeus, mundo.

Ascensão e queda do cinema brasileiro

(Os limites da dependência)

OSVALDO DONADIO

Nada mais simbólico para expressar a queda do cinema brasileiro do que a demolição dos estúdios da Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, São Paulo. E nada mais contraditório do que seu próprio nascimento: Francisco Matarazzo, Franco e Carlos Zampari, em 1949, tímidos representantes da burguesia industrial, partiram para uma aventura cinematográfica na crista da própria ascensão do industrialismo paulista. O fim da Segunda Guerra Mundial provocou uma mudança dos termos da equação histórica, correspondente a uma explosão social. E para fazer com que essa explosão incontida encontra-se campo mais fértil, nada mais oportuno do que a criação de uma indústria cinematográfica.

Nasce a Vera Cruz. Ela veio para derrubar as "chanchadas" da Atlântica, com a indelével dupla Oscarito/Grande Otelo. O seu esquema era pretencioso e ambicioso. Equipamento altamente sofisticado, muita coragem e também consideráveis recursos financeiros iniciais deram a empresa impressão de que o Brasil caminharia — finalmente — para ocupar um lugar ao sol da "sétima arte".

Mas os limites da dependência cultural — herança milenar da cultura racional e da lógica formal — deveriam redundar em meros estereótipos dos "westerns" norte-americanos e dos filmes decalcados no "gangsterismo" da década de 20 e de toda a tremenda transformação urbana pela qual passaram os Estados Unidos. O colosso do Norte era o "modelo", e nós, no Brasil nada tínhamos de melhor para projetar o subdesenvolvimento que nos foi imposto desde a época do Brasil colônia. Toda essa imitação — fruto de uma sociedade envelhecida — não poderia fazer gerar nada de novo.

A LUTA DA VERA CRUZ

O pessoal técnico e artistas contratados pela Vera Cruz representavam acervo humano de bom gabarito. Algumas produções conseguiram revelar bom gosto e expressiva sutileza ao nível de arte. Mas a empresa era dependente não só de matéria-prima, mas principalmente de distribuição. E a distribuição (vale repetir) é o que permite auferir todas as vantagens da comercialização. O petróleo é o exemplo inofensível, e não foi por acaso que o ex-presidente da Petrobrás, atual presidente Geisel, estabeleceu a prioridade para a maior empresa brasileira, livrando-se das ventosas sugadoras da Shell e da Standard Oil. Com o cinema a medida é determinante. Alas, não é segredo para ninguém o fato de que quem consegue comercializar até 60 por cento de uma dada produção exerce, de fato, o monopólio de mercado.

É a distribuidora que "trabalha" o filme publicitário e promocionalmente. Alguns "abacaxis" norte-americanos foram sucesso de bilheteria graças a esse trabalho. E isso revela outro aspecto: o de que o consumidor de filmes — a massa — aceita aquilo que a promoção determina. E não é por acaso que um John Wayne, por exem-

plo, o tipo acabado do chovinista, conseguiu enorme público no Brasil e também em vários países sul-americanos. E, por paradoxo, Antonio das Mortes, figura trágica da cultura brasileira, chegou a "assustar" centenas de milhares de espectadores. É que nosso realismo artístico foi defasado, e a realidade do cotidiano, transcrita para a tela em forma de símbolos, não é entendida pela massa. A magia telúrica e mesmo lúdica "ainda" é entendida em forma ingênua.

E a Vera Cruz enfrentou outro problema: o do preconceito do Estabelecimento contra o artista. Todos o admiravam na tela, mas na vida real era olhado e continuava sendo como um boêmio, um vagabundo. A chamada fina flor da burguesia industrial, à margem do processo, jamais olhou a simbiose de forma simpática: afinal, atores em geral, não tem "pedigree". Essa ridícula dependência cultural também acionou os cordéis que levavam a empresa ao fim.

COMEÇA A QUEDA

Depois de enfrentar uma crise econômica terrível (em 1952 o mercado consumidor de filmes brasileiros proporcionava rentabilidade de 1 a 2 mil cruzeiros por filme, enquanto que os custos atingiam cerca de 4 mil cruzeiros), a Vera Cruz sentiu o primeiro esbarro no problema da distribuição e da fiscalização. Se o cinema deveria ser uma indústria e se a Vera Cruz era a maior empresa cinematográfica da América Latina, deveria ter partido para a independência total. Isso, porém, não era possível dentro dos quadros do "capitalismo dependente".

A Vera Cruz caía, e ninguém movia uma palha para impedir sua destruição, a não ser seus idealizadores e artistas. Em 1953 a luta chega à exaustão: a empresa paraliza suas atividades até abril de 1974. Nessa altura, o Banco do Estado de São Paulo passa a exercer controle acionário da empresa. Os estúdios são alugados para cineastas "independentes" e produtores de TV, primeiro sintoma. Mas o comercialismo desenfreado e sem nenhum conteúdo cultural fez com que o Banco do Brasil, em 1955, financiasse a Vera Cruz com 18 milhões de cruzeiros, em uma tentativa de reerguer a cinematografia brasileira. A lenta agonia arrasta-se até 1960.

Nessa altura, o Brasil entrava no Campo da produção de veículos automotores e na mesma cidade, S. Bernardo, instala-se a "capital" da indústria automobilística que já havia feito rodar o primeiro "fusca" pelas estradas brasileiras em setembro de 1957. E a indústria, sem dúvida muito mais rentável, passaria a merecer muito mais atenção do que o cinema. Mesmo assim, em 1966, através de coprodução, numa luta desesperada, a Vera Cruz realiza 15 filmes, como uma forma de resposta à massificação impiedosa imposta pelo automóvel. O fôlego durou até 1972.

Vencidos e derrotados, os criadores da Vera Cruz subiram ao ring para jogar a toalha, demonstrando que

perdiam a luta dentro do clássico no-cáute-técnico. O BANESPA, na época, embargou todo o acervo da companhia. A impassividade e mesmo frialdade com que as autoridades assistiram à morte da maior companhia cinematográfica da América Latina só foram compensadas pelo ruído dos motores de "fuscas" envenenados que, fora dos muros dos estúdios, aceleravam a decomposição de um dos maiores sonhos culturais do País.

Tonia Carrero perguntou: "conseguiram acabar com a Vera Cruz?". Acabaram, mas vão construir um supermercado. Um grupo inglês já está demolindo e colocando a área em condições de receber, também, um dos maiores do Brasil. A extensão é própria de uma sociedade de consumo e não deve causar espanto para ninguém, nem mesmo para os ensaístas de artes brasileiras, cujos trabalhos (os melhores) estão gravados a sangue na excelente revista *Civilização Brasileira*.

Felizmente, porém, Jordano Martinelli, um teimoso romântico, gordo, barbaudo, sensível e bonachão, antigo funcionário da Vera Cruz, pressentindo o fim da empresa, foi guardando tudo o que pôde. Com isso, conseguiu montar um pequeno mas sugestivo museu. Peças de câmaras, roufãs, restos de equipamentos. Foi salvo, assim, boa parte do acervo da Vera Cruz. Em todas as peças que toca, Jordano vibra: ele vive de saudades, lembra o fastígio de uma época. Mas não se conforma. A empresa que conseguiu uma Palma de Ouro, através de O Pagador de Promessas, em Cannes, não merecia um fim tão deprimente: de centro cultural para depósito estomacal. A diferença que separa, é de dois palmos e meio, apenas, da cabeça ao estômago. Restou, ainda, um ex-funcionário, Lazaro Barbosa dos Santos, ex-eletricista, ex-maquínista e assistente de produção e câmera-man. Agora, vende pipocas, acompanhado de dois cachorros que não foram — felizmente — demolidos com a Vera Cruz. A contradição é salerosa, se não fosse tão dolorosa.

CINEMA DE ARTE, CINEMA NOVO

Marcio Souza, em "O mostrador de sombras", afirma:

— A emancipação do cinema brasileiro é ao mesmo tempo uma dissolução do cinema velho, sobre o qual repousava o esquematismo, a mentalidade política alienante do sistema. A transformação do cinema brasileiro foi uma transformação política. Qual foi a característica do velho cinema?

Ele mesmo responde:

— O primarismo. O velho cinema brasileiro — de Humberto Mauro, Alex Viany — tinha um caráter diretamente populista, isto é, os elementos da vida brasileira, tais como o subdesenvolvimento, a família, os tipos de temas — atuaram sob formas políticas. Determinavam assim a relação do indivíduo perante a sociedade como um todo mecânico, ou, em outras palavras, sua integração com os demais elementos da sociedade.

Se o populismo manifestado no cinema não sobreviveu à transforma-

ção imposta pelos tecnocratas, o chamado cinema de arte, ou cinema novo, não resistiria à massificação da própria cultura. Em palavras claras: toda a simbologia do cinema de arte, todas as mensagens contidas — refletindo dialeticamente um processo alienante — não eram entendidas por uma sociedade que confundia retórica com dialética e romantismo ardente com revolução.

De uma sociedade velha em termos culturais — bagagem da herança colonial e da própria cultura ocidental (veja-se Cesaire Aimée, em "O discurso do colonialismo") — não sairia jamais o embrião capaz de romper o próprio milenarismo deformante. A tentativa de se queimar etapas culturais sem o processamento análogo com relação aos meios econômicos jamais atingiriam seus objetivos, uma vez que o poder político incide sobre tudo. E o poder político não está interessado em questionar sua própria dinâmica. E o cinema, como imagem que revela facetas do sistema, teria de se amoldar "aos tijolos que deixaram". E eles, expostos, às intempéries, amolecem, se esfacelam.

ALGUMAS PONDERAÇÕES

Nenhum edifício se ergue sobre a areia. É verdade que as coisas se deterioraram em termos de notícias e mesmo de imagens. Mas, notícias e imagens "repousam em bases" de caráter duradouro. O Vietnã foi notícia. E como notícia nós vendemos jornais, mesmo que Mi Lay e o napalm tivessem destruído a sensibilidade de milhares de crianças. Nós recebemos imagens pela televisão e notícias pelo telex. Alguns filmes tipicamente chovinistas tentaram alterar o desenrolar dos acontecimentos, adulterando o "conteúdo" brutal de realismo cru e duro. Não conseguiram, porque as imagens permanecem na retina, teimosamente arquivadas, e só se desfazem com a morte. E o cinema novo, no Brasil, representou a "primeira" luta de consciência de uma classe esparsa, brutalmente defasada, lutando desesperadamente para transmitir imagens e mensagens que, infelizmente, só ela, a camada intelectual, conseguia entender na plenitude de uma realidade habilmente (não muito) escondida pela bagagem de herança cultural.

A transformação química pela qual passa um grão de feijão — processo dialético da Natureza — apodrecendo primeiro para depois dar frutos comestíveis, é pequena demonstração de que o novo só pode florir depois da morte do velho. E a morte do velho não se dá somente pela criação de uma camada superestrutural sem que as camadas médias e baixas se interessem no processo. Por isso é muito mais do que simbólica a demolição da Vera Cruz: ela registra um fato. A queda do cinema brasileiro não é uma "crise" do cinema brasileiro. A Vera Cruz simplesmente registrou, objetivamente, a passagem quantitativa daquilo que deve ser levado à condição qualitativa. E o cinema, em si, é apenas parte de um processo. Importante, mas dependente de todos.

O exemplo vem de cima

GENIVAL RABELO

Os homens de negócios norte-americanos, como todos os homens de negócios do mundo, sempre gostaram de que se lizesse a palavra. No seu reconhecido pragmatismo, nunca chegaram ao exagero de não se deixar nunca chegar ao exagero de não se deixar nunca chegar ao exagero de não se deixar nunca chegar ao exagero...

É verdade que, num país que cresceu tumultuadamente como os Estados Unidos, dentro de um feroz regime de concorrência, cuja característica dominante sempre foi a corrida do vale tudo pelo lucro, é natural que aqui e ali alguém fizesse com a palavra empenhada. Mas, assim como o inglês fez a fama da pontualidade, pelo respeito e compreensão ao valor do tempo, sobretudo no que diz respeito às obrigações do próximo, assim também se criou uma tradição de seriedade, de respeito à palavra empenhada, entre os homens de negócios norte-americanos.

É provável que dentro do governo dos Estados Unidos, nos negócios feitos entre eles próprios (nao esquecer que se trata de um país de intermediários, entre os quais o respeito à palavra empenhada é forma de brevidade), essa tradição ainda não tenha sido abalada. Dentro das próprias fronteiras, os homens de negócios norte-americanos respondem, na maioria dos casos, por entidades privadas, embora também lá se venha tornando cada vez mais ostensiva a intervenção do Estado no campo econômico. Mas, fora das fronteiras, dia a dia, se delineia melhor o vínculo dos homens de negócios norte-americanos a Washington.

As empresas norte-americanas, quando estendem suas atividades ao estrangeiro, como que deixam de agir por conta própria, dentro de objetivos traçados pelos seus próprios conselhos de direção, para serem agentes dos objetivos políticos de Washington. Cumprem missões previamente estabelecidas pelo chamado complexo industrial-militar montado no tripé Departamento de Estado, Pentágono e CIA.

Isso explica, entre nós, a indefectível presença de membros do famoso tripé em qualquer reunião ou iniciativa aparentemente promovida por homens de negócios norte-americanos. Explica também o fato de, depois de levarem mais de 20 anos promovendo nos Estados Unidos os produtos que eles próprios fabricavam em Taipé, Formosa, ter sido bastante a visita de Nixon a Pequim, no ano passado, para abandonarem, principalmente, a ilha de Chiang Kai Shek e ficarem, agora, em busca de outros países que ofereçam condições de segurança e mão-de-obra barata idênticas às que ali eram até então encontradas.

É natural, portanto, que, fora das fronteiras dos Estados Unidos, o exemplo de impostura da política de Nixon, com relação ao Sudeste Asiático, abaja a confiança anteriormente depositada na palavra empenhada dos homens de negócios norte-americanos. Eles devem estar sentindo isso, pois começam a enfrentar situações bastante embaraçosas, nas suas propostas de novos negócios, no exterior.

De fato, depois que Nixon disse uma coisa e obteve, em razão disso, estrondosa vitória eleitoral, passando logo depois, a fazer outra diametral-

mente oposta (refiro-me ao reinício dos bombardeios das populações civis do Vietnã), é quase que espontâneo o malicioso sorriso de descrença com que o estrangeiro recebe o aperto-de-mão dos homens de negócios norte-americanos, sobretudo quando estes se lembram de assinalar a importância da palavra empenhada.

Sem dúvida, o povo norte-americano é vítima da impostura de Nixon. Seria um erro incriminar todo um povo em razão do desrespeito da palavra empenhada por parte de seu presidente. Mas, no caso dos homens de negócios norte-americanos, no estrangeiro, já vimos que é diferente. Eles estão subordinados aos objetivos políticos de Washington. Agem em função desses objetivos. Não falam por conta própria. Não respondem, pessoalmente, pelos seus atos. Enfim, obedecem. Cumprem ordens. Se o exemplo vem de cima, bom ou mau, pouco podem fazer.

— Pessoalmente — repetia, em cada oportunidade, o business man norte-americano — sou contra o bombardeio de populações civis no Sudeste asiático. Mas isso é uma questão política que está afeta a Washington. Não é coisa que me diga respeito. Sou simplesmente um homem de negócios. Minha tarefa é proporcionar lucros para minha empresa. Proporcionar dividendos aos acionistas.

Não estivesse ele sujeito às determinações de Washington, podia-se não aceitar o aspecto cínico da explicação, mas se seria forçado a compreender que ele nada tinha com o fato. Quando, porém, se sabe que, na nova forma de colonialismo, de que ele é o agente comercial, suas tarefas são estreitamente vinculadas aos objetivos de Washington, a coisa muda de figura. Se a cúpula tergiversa, diz branco e faz preto, anuncia paz e reinicia bombardeios de populações civis de um país com o qual não estava declaradamente em guerra, não podem deixar de merecer um sorriso de maliciosa descrença os protestos de honestidade, de boa-fé, de respeito à palavra empenhada, de importância do aperto-de-mão, proferidos pelos homens de negócios dos Estados Unidos.

Eles já começam pecando quando dizem que os atos de Washington não lhes dizem respeito. Mas, como, se toda a sua missão, todo o seu trabalho, todos os seus passos são planejados, acompanhados, protegidos pela máquina montada com essa missão pelo complexo industrial militar, que tem na Casa Branca o seu quartel-general? Indiscutivelmente, faltam com a verdade, quando assinalam que sua missão é meramente comercial. Basta que realizem uma reunião social qualquer, com o mero intuito de promover aproximação com os homens de negócios do país visitado, para que lá possam ser facilmente identificados os agentes da CIA, de mistura com membros do Departamento de Estado e Pentágono.

No Brasil, por exemplo, o Sr. Harry Stone está em todas. Para efeito de faz-de-conta, ele representa a indústria cinematográfica norte-americana. É muito própria a sua presença nas noites de gala de lançamento de filmes de Hollywood. Mas, quem acredita que ele é simplesmente ligado à indústria cinematográfica norte-americana não pode deixar de estranhar que ele pontifique, influa na seleção de convidados a qualquer reunião promovida, no Brasil, pelos homens de negócios dos Estados Unidos. Por que tanto prestígio ou tanta influência? Simpatia, talento ou dinamismo pessoais? Não é preciso co-

nhecê-lo em profundidade para sentir que esses dons não lhe são assim tão abundantes. Os que o cercam frequentemente não lhe fazem boa ausência e há mesmo os que os pixam sem cerimônia.

Seu prestígio e influência, portanto, só se explicam de uma maneira: ele é peça da máquina montada pelo complexo industrial-militar para planejar, acompanhar, orientar, dirigir e proteger os passos dos homens de negócios norte-americanos em viagem ao Brasil. O pior é que ele é um elemento fixo no grande mecanismo: tem residência no Rio. Sua simples

presença nas reuniões de homens de negócios norte-americanos no Brasil já tem uma conotação extremamente suspeita.

Mas, isso não por culpa dos homens de negócios norte-americanos. A falta de imaginação, no caso, é dos próprios dirigentes da máquina. Como o mau exemplo do desrespeito à palavra empenhada. O pecado original vem da cúpula. Mas, não deixa de ser engraçado quando, na presença de Harry Stone, os homens de negócios norte-americanos falam no respeito à palavra empenhada e na sua honestidade de propósitos...

Jornal de Debates

Desejando uma Assinatura { Anual Cr\$ 150,00
Semestral ... Cr\$ 80,00

envio { vale postal no valor de Cr\$
cheque visado no valor de Cr\$

NOME

RUA

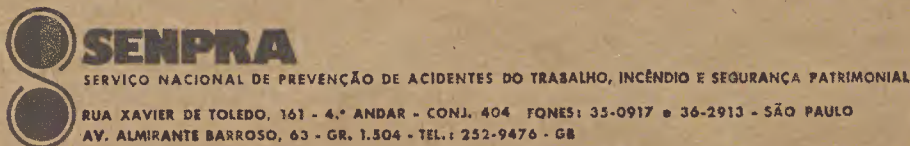
CIDADE ESTADO

Pedidos para JORNAL DE DEBATES — Avenida São João Nº 239
CAPITAL — SÃO PAULO



A SENPRA, única organização de segurança de São Paulo, com dez anos de atividade no setor, oferece-se para elaborar laudos de acordo com o Decreto Municipal N.º 10888/74, assim como solucionar os "Habite-se" em discussão, para o que contratou o técnico do "curriculum" abaixo:

CORONEL PLINIO ROLIM DE MOURA, foi professor de hidráulica, química e eletricidade aplicadas ao incêndio. Técnico internacional de incêndio, ministrou aulas aos oficiais de bombeiros de Chicago, examinou os de Hong Kong e observou os ataques ao fogo em Nova Iorque. Foi chefe do Departamento Técnico de Bombeiros durante quatro anos e chefe da defesa Civil, setor de incêndio, durante a última guerra. Autor da fórmula de alcance vertical do jato hidráulico, aprovada pela Escola Politécnica e pela American Fire Protection Association, com publicação no "Fire Engineering" de Nova Iorque. Autor do plano Nacional de Segurança Civil do Ministério da Justiça em 1942. Autor do "Teste para seleção de técnicos de incêndio", aprovado pela Escola Politécnica de São Paulo. Com trinta anos de experiência, foi COMANDANTE DO CORFO DE BOMBEIROS DE S. PAULO, o qual descentralizou e aperfeiçoou sua técnica em 1958 e 1959. Estudou "in loco" os métodos e processos adotados em Paris, Londres, Roma, Tóquio, Nova Delhi, Honolulu, Los Angeles, Washington e outras capitais.



PRODUÇÃO AUMENTA MAS SEU POVO ESTÁ MAIS POBRE

Na região nordeste do País, vivem mais de 30 milhões de brasileiros no mais baixo nível econômico do Hemisfério Ocidental, só comparável ao do Haiti, com uma renda per capita que mal chega aos 100 dólares, apesar de todas as manipulações da estatística do sr. Delfim Neto.

É comum dizer-se que o Nordeste continua na mesma, com relação a anos passados. Isto não corresponde à verdade: ele está muito pior. A queda progressiva da economia nordestina é simplesmente alarmante. A região passou a produzir mais, a oferecer maior produtividade por hectare, a exportar maior volume de produtos para o Centro-Sul, mas a receber menos dinheiro por seu trabalho.

Nos últimos dez anos, o Nordeste teve reduzida a porcentagem de sua produção em relação ao Brasil, de 31,6% para 29%. Teve aumentada a porcentagem de sua produção agrícola sobre a produção brasileira, de 22,5% para 25,2%. Teve acrescida a área cultivada de uma porcentagem de 27% para 31%. Manteve sensivelmente igual a porcentagem da renda interna sobre a renda nacional, passando de 14,8% para 15%. A porcentagem do valor da produção industrial em relação à produção industrial brasileira foi diminuída de 7,13 para 6,7%. E embora representando um terço da população do Brasil, o Nordeste apresenta apenas 7% da produção industrial, conforme revelou o Censo de 1970.

DECLINIO INDUSTRIAL

O ex-presidente Juscelino Kubitschek, que fez a promessa de instalar no Nordeste um pólo econômico semelhante ao de São Paulo, no Sul, desenvolveu grandes esforços e esperanças iniciais nos primeiros tempos da Sudene. Mas, depois de ligeira melhoria verificada, no começo de uma arrancada industrial que parecia promissora, o que se verifica é que a própria produção fabril nordestina declinou no último decênio depois de uma reação positiva na década de 1953-1963. Isso a tal ponto que, em 1967, a participação do Nordeste na produção industrial era inferior aos índices de 1950, baixando de 9,7% para 6,8%, segundo dados oferecidos pelo sr. Rubens Costa, ex-presidente do Banco do Nordeste.

Apesar de nascida a Sudene para acelerar o processo de industrialização no Nordeste, este processo passou a ser mais lento do que antes, nos últimos anos, e mais distante dos índices de aceleração da região Centro-Sul.

Se tomarmos como indicador a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, vemos que o Nordeste participou com apenas 6,42% na arrecadação nacional, em 1968, caindo ligeiramente para 6,28% em 1969, o que parece confirmar não só o pouco impulso que se está dando à sua industrialização, como também o ritmo mais rápido do crescimento da produção industrial em outras regiões. Apenas a título de comparação, vale salientar que a arrecadação do IPI no Rio Grande do Sul é superior à de todo o Nordeste, elevando-se a mais de 7% da receita tributária daquele imposto.

Nas tres maiores cidades do Nordeste — Recife, Fortaleza e Salvador — as pesquisas da Sudene acusam: no Recife, os dois quintos mais pobres da população tiveram sua participação na renda global diminuída de 16,5% para 3,2% nos últimos seis anos; em Salvador, a redução foi de 14,1%; e em Fortaleza, 40% da população tiveram sua participação na renda diminuída de 19,2% para 14,1%.

O fenômeno é mais ou menos idêntico em todas as cidades nordestinas, tornando-se nas mãos de uns poucos, de maneira cada vez mais intensa, a riqueza social.

PAGA MAIS, RECEBE MENOS

O saudosos senador cearense Olavo Oliveira costumava dizer que o Nordeste é como o otário da anedota que só compra carne e vende barato. Na verdade, em 1950 a situação do Nordeste na produção industrial brasileira representava cerca de 10%. Hoje caiu a menos de 7%. Mas a porcentagem de arrecadação federal na região, sobre a de todo o País passou de 5,5%, em 1960, para 7,3% em 1970.

Desta forma, o que se verifica é que a União vem cobrando mais a quem recebe menos, e que o próprio Nordeste é que deve andar fornecendo, através de artifícios de arrecadação, as chorradas verbas dos incentivos fiscais, cada dia mais íscas e menos incentivadoras para a região.



NORDESTE

Depois de 20 anos de Sudene, a economia nordestina parece, ainda hoje, praticamente idêntica aos perfis de 1950. Naquele ano, a agricultura representava 43% da produção do Nordeste. Dez anos depois, em 1960, reduziu-se esse percentual para 41%. Em 1966, ainda decresceu para 39% mantendo-se em 1970 em torno de 40%.

A indústria, que contribuía, em 1950, com 12,4% da produção do Nordeste, regrediu esse potencial para menos de 7% em 1960 e decresceu para pouco mais de 6,7% em 1970.

O perfil das rendas regionais pode ser assim definido:

- 35% provenientes da agricultura;
- 15% provenientes da indústria;
- 50% provenientes do setor de serviços.

É tão oneroso o setor de serviços, mantido geralmente apenas pelo Estado, que alguns empréstimos estaduais destinam 100% e em alguns casos 130% de toda a sua arrecadação tributária para o pagamento de seus funcionários. Esse índice subiu terrivelmente nos últimos anos, ha-

vendo alguns governadores, como foi o caso do sr. Virgílio Távora, no Ceará, que comprometeram o Tesouro com vários milhares de nomeações, consideradas de favor e ilícitas pela opinião pública.

Mas não é apenas por causa dos maus governadores que o Nordeste vê embaraçados seus passos. A mecânica de funcionamento da própria Sudene é responsável pelas mais graves distorções.

INCENTIVOS FISCAIS

Uma estruturação dos incentivos fiscais que não contenha plena garantia de recursos aos projetos aprovados será desperdício de trabalho e de meios aplicados nas pesquisas e estudos tecnológicos para a elaboração dos mesmos projetos.

Vários fatores concorrem para as distorções que hoje se verificam no sistema 34/18. E o mais grave resultado dessas distorções é o elevadíssimo preço real do incentivo no mercado, que ultrapassa muitas vezes a ordem de 20 e até 30% sobre os valores aplicados, contrariando, de resto, a Resolução 5.033 da Sudene.

rio para a execução da política desenvolvimentista posta em prática pelo governo;

4 — retarda o ritmo de construção do Novo Nordeste brasileiro, prorrogando por meses, quando não por anos, o início do funcionamento dos novos empreendimentos industriais e agropecuários que contribuem para elevar o valor da produção do Nordeste e, conseqüentemente, o valor da produção nacional;

5 — a corretagem do 34/18 transforma-se em atividade de lucro fácil e tem atraído algumas vezes, para seu campo, pessoas pouco criteriosas, até mesmo perigosas, exigindo de todos — empresários, investidores e órgãos públicos — uma vigilância redobrada e onerosa;

6 — exige do empresário um imenso esforço de trabalho adicional desnecessário, obrigando-o a desviar suas atenções na implantação do empreendimento propriamente dito, pela participação da dura, prolongada e quase interminável batalha da captação de recursos.

É certo que a Sudene, através da Resolução 5.033, tentou regular a matéria, estabelecendo os limites máximos de comissão em 3 e 4 por cento, respectivamente para os projetos agropecuários e para os projetos industriais.

Não adiantam, porém, medidas disciplinadoras, se a oferta dos recursos não estiver garantida por disponibilidades que tornem fácil e normal sua manipulação. A falta dessas disponibilidades gerando um desequilíbrio entre a oferta e a procura, embaraça a liberação normal e normativa dos recursos.

FULVERIZAÇÃO DO 34/18

A partir de 1963 começou a verificar-se uma pulverização dos recursos destinados à Sudene, e da qual passaram a beneficiar-se vários outros órgãos. Iniciou-se, então, a caracterização de um déficit crescente nas disponibilidades do organismo, cada dia mais esvaziado.

Em 1968, foram depositados 486,7 milhões de cruzeiros, contra 737,4 milhões aprovados para projetos. Em 1969, as marcas foram de 676,9 milhões, contra 422,4 milhões no mesmo sentido. Em 1970, os depósitos foram de 853,7 milhões, elevando-se os recursos aprovados para os projetos a Cr\$ 1.041,22 milhões. O déficit acumulado de 1966 a 1970 — a preços correntes — atinge uma impressionante cifra de Cr\$ 41,22 milhões.

Mas isto, como se disse, a preços correntes, isto é, considerando-se o valor dos recursos destinados inicialmente aos projetos. Contudo, tomar-se esse valor a preços correntes é um erro evidente. Os depósitos não são corrigidos monetariamente e permanecem, no seu valor nominal fixo e determinado. É imprescindível assim, aplicar a correção monetária no montante das inversões.

Todas essas distorções levaram a Sudene a uma posição de déficit com relação à demanda de recursos para os projetos, e a progressiva marcha desse déficit pode ser vista no seguinte quadro:

ESTATISTICA DA MISERIA

Da falência de todos os esforços, inclusive da Sudene, o que resta ao Nordeste é uma estatística de miséria.

A situação é de tal ordem, que o problema do Nordeste constitui hoje um risco crescente para a própria unidade nacional. O desemprego ronda todas as capitais da região em algumas delas, como Recife e Fortaleza, 40% da população não tem ocupação certa ou ocupação nenhuma. Enquanto o emprego no setor urbano cresceu sensivelmente na Guanabara, em São Paulo e no Brasil inteiro, no Nordeste os índices baixaram de 66 mil em 1968, para 52.318 em 1970.

O consumo de proteínas caiu em 56% em toda a região. Os índices de proteções de títulos em cartórios são tão altos que, no Recife, foi necessário abrir mais cartórios para dar vazão às cobranças. No Maranhão, mais de 300 empresas estão com suas ati-

vidades suspensas, por atraso com os impostos federais. Em cidades pernambucanas como Palmares, onde se abatiam 80 cabeças de boi por dia, passaram a abater-se apenas três. E o município de Limoeiro, que há poucos anos recebia 10 mil litros de leite diários, hoje recebe apenas três.

A bacia leiteira de Alagoas, das melhores do Brasil, foi reduzida desastrosamente pela queda de consumo. As casas do BNH são abandonadas por grande parte dos moradores, no Recife como em Fortaleza, por incapacidade de pagamento das prestações. Na capital de Pernambuco chegou-se a cortar, por falta de pagamento, a luz de 78 casas em média por dia.

A indústria de construção civil no Recife está liquidada. As maiores empresas do ramo ou faliram ou emigraram. A CCA falhou. A Christiani Nielsen abandonou a praça. A Guaratan, idem. O grupo Fernando Rodrigues, da Contal, transferiu-se com armas e bagagens para o Sul. O grupo Lindinaldo Uchoa de Medeiros

— grupo Lume — Nova Iorque — radicou-se definitivamente no eixo Rio-São Paulo e está se despedindo de Pernambuco. A Construção de obras na região, está paralizada.

O Nordeste inteiro só não está paralizado porque, na verdade, está andando para trás — pelo menos com relação ao resto do trutora Loyo, que tinha o maior Brasil.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE DEMANDA E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORIUNDOS DOS INCENTIVOS FISCAIS DOS ARTS. 34/18 DA LEGISLAÇÃO DA SUDENE

ANOS	Montante dos recursos dos artigos		DADOS ACUMULADOS		
	Disponibilidade anual	Previsto anualmente por projeto	Recursos Disponíveis	Previsto por Projetos	Deficit
1960	—	—	—	—	—
1961	6,7	—	5,7	—	—
1962	7,7	7,3	13,4	7,2	—
1963	37,3	26,4	50,7	33,5	—
1965	149,4	35,0	200,1	—	—
1966	228,8	152,4	426,7	—	—
1967	351,1	492,8	777,8	805,3	187,5
1968	456,7	737,4	1.234,6	1.542,7	308,2
1969	676,9	822,4	1.911,4	2.265,1	348,0
1970	853,7	1.041,2	2.765,1	3.406,3	641,2

NDTA: Inclui projetos industriais e agrícolas, bem como de telecomunicações, energia elétrica. Não inclui os projetos de agroindústria açucareira, administrados pelo Gerac. (* Somente relativo aos projetos industriais).

ITAIPU:

Luta pela hegemonia ou necessidade hemisférica ?

A gigantesca hidrelétrica de Itaipu seria o produto de um longo processo de amadurecimento das relações de países sulamericanos, que chegaram à conclusão de que o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná só seriam plenamente utilizáveis a partir de uma conjugação de esforços, ou representa, simplesmente, uma questão de hegemonia, uma ferrenha disputa pela predominância dos países envolvidos para com as demais nações da parte sul do continente?

Até que ponto os países latino-americanos têm características similares em seu contexto socio-econômico, e até que ponto o desenvolvimento de um desses países pode acelerar ou retardar a marcha dos demais? O desenvolvimento da Argentina, por exemplo, a partir do peronismo da década de 40 apresentava alguma analogia em relação ao desenvolvimento do Chile, ou do Peru? Por outro lado, o Brasil, na mesma década de 40, quando o getulismo pregava um tipo de nacionalismo conflitante entre Inglaterra e Estados Unidos (eramos um País subdesenvolvido na acepção do termo), tinha algo parecido com a Argentina? Esse país — convém não esquecer — era o mais desenvolvido na época e sua economia, fundamentada na pecuária e no trigo, estava na plenitude de sua afirmação. No Brasil, ao contrário, o esgotamento da política cíclica do café não deu nenhuma outra abertura e não permitiu uma composição da economia capaz de um deslanche que nos colocassem na órbita das nações emergentes, sintonicamente ligadas à concorrência internacional.

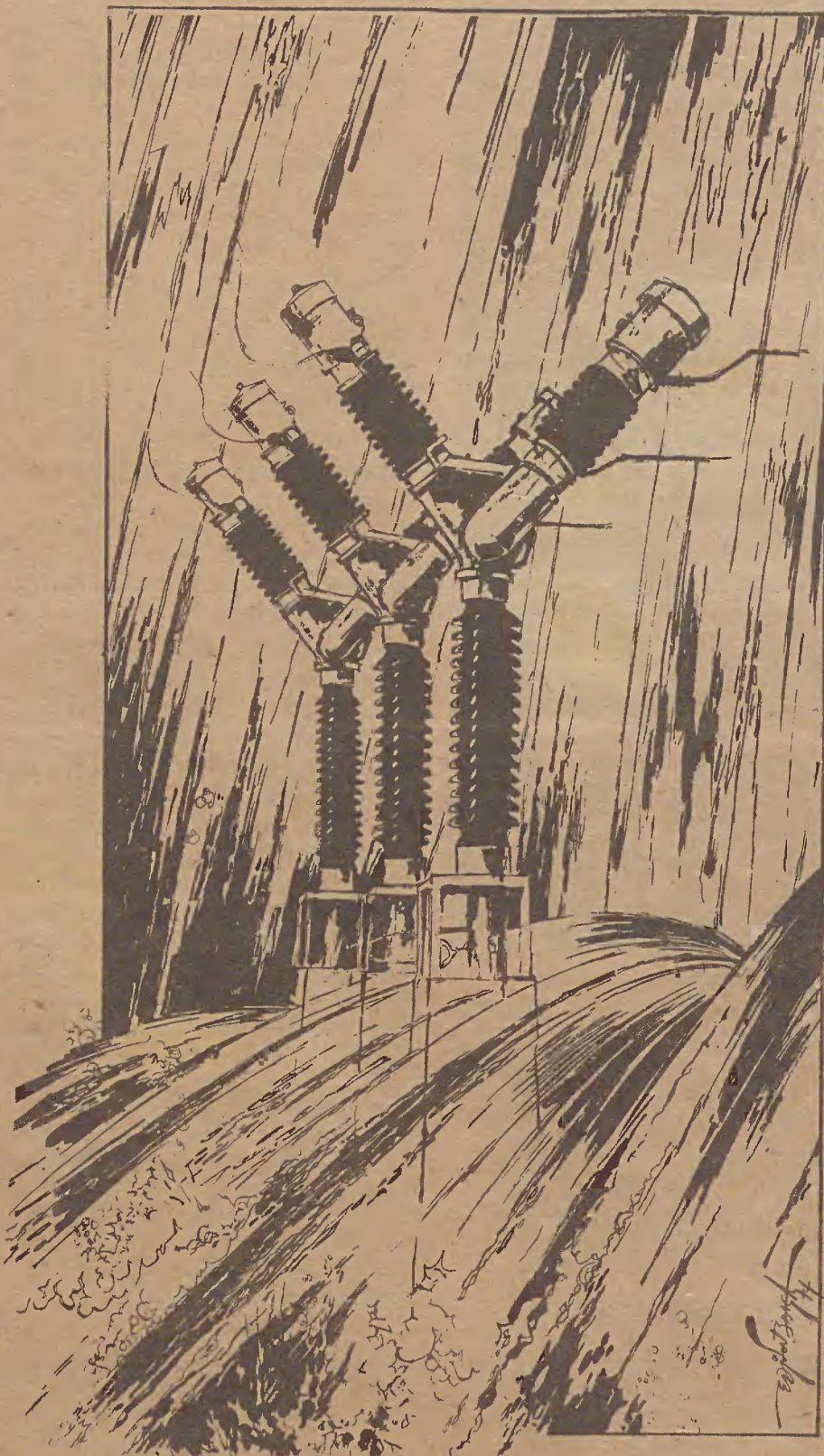
BRASIL E ARGENTINA

Parece não haver dúvida de que o problema de energia no Brasil acaba determinando, de uma forma ou de outra, a própria sustentação de governos ou, fatalmente, sua derrubada. A energia é o barômetro político do Brasil. E a recíproca é verdadeira para a Argentina e Paraguai que, no momento, voltam-se para o Brasil via Itaipu. E sem que se conheça alguns pontos fundamentais de nossas relações principalmente com a Argentina, Itaipu não será bem explicada.

A posse de recursos hídricos complementa-se na soberania. A questão energética no Brasil — pode-se afirmar — é quase que absolutamente dependente da Bacia do Prata. Se se ligar à história ver-se-á que o domínio de regiões potencialmente ricas de energia foram sempre palco e cenário de sangrentas lutas, no mundo inteiro. No caso em questão, o Brasil precisa equipar-se para enfrentar seu desafio de nação industrializada, especialmente para a futura e próxima década de 80.

Em 1980 o Brasil, ou tem garantidas fontes de energia capazes de lhe permitir a escalada definitiva do desenvolvimento, ou tudo o que se disser será incerto, produto de especulações. E nenhum país pode prever seu desenvolvimento especulando sobre o que virá a ser, principalmente em se tratando de energia, seja de que natureza for. A Argentina do antigo peronismo havia criado a ênfase (falsa) de que passaria a utilizar-se de energia atômica, fazendo crer que desprezava recursos hídricos.

Não obstante, os técnicos e militares argentinos não haviam calculado que usinas atômicas se tornam obsoletas rapidamente. Não calcularam, também, que os custos de tais



engenhos — de duração efêmera — acabam superando custos, por exemplo, de uma hidrelétrica da envergadura de Itaipu.

Não se pode negar aos argentinos a luta constante contra a dominação estrangeira. Aliás, essa talvez seja a característica que une os povos latino-americanos. Para se ter idéia disso basta ver o filme *Queimada*, de Pontecorvo, Solinas e Giorgio Alório. A película, a tática desenvolvida por lord Canning disseminando intrigas para obter vantagens políticas e econômicas, promovendo insurreições nos países da América Latina, a serviço da coroa inglesa. E a triste guerra do Chaco foi financiada pela Standard Oil e pela Shell.

O Paraguai já chegou a ser considerado o país onde a Democracia

havia se firmado pelos próprios norte-americanos. Léon Pomer, em "A gran guerra pátria", através de farta documentação prova que Brasil e Paraguai foram vítimas de grandes jogadas políticas de ingleses e americanos. Além disso, vários autores brasileiros já forneceram excelente material de análise histórica sobre aquela longa guerra.

Um dos últimos trabalhos sobre o assunto foi realizado por Moniz Bandeira, em um desfile impressionante de documentação penosamente pesquisada, em "A presença dos Estados Unidos no Brasil, dois séculos de história". A Argentina e Paraguai podem traçar caminhos independentes (devem) para seu desenvolvimento, mas não podem (e não devem) desprezar o esforço de Itaipu, como uma das alternativas conjuntas no

sentido de que a propalada hegemonia ou o próprio imperialismo de que taxam o Brasil, sejam postos de lado. O imperialismo não age por suposições ou deduções: ele atua diretamente sobre a nação onde se impõe, dominando e esmagando, materialmente, sufocando com sua "ajuda" qualquer ansêlo de libertação.

E não se sabe de grandes acervos industriais do Brasil (com capital brasileiro) em países latino-americanos. O acordo de gás com a Bolívia, por exemplo, foi firmado de governo para governo, quando os dois países consultaram seus interesses. É possível que o futuro desminta a tese, mas o que existe e o que foi mostrado à imprensa escrita e falada foram documentos sérios.

PARAGUAI

Há cerca de 130 mil brasileiros em terras paraguaias. O "rei" do café do Paraná, da família Lunardelli, adquiriu enorme extensão de terras naquele país, que "são as melhores possíveis". Outros fizeram o mesmo. E nós já mostramos, em recente edição, que na Amazonia haviam sido vendidas, por imobiliária norte-americana, glebas maiores do que vários países da Europa. O brigadeiro Haroldo Veloso fez a denúncia à Nação. E no Amazonas não existe Itaipu. Mas existem recursos potenciais capazes de garantir vários Itaipus. Nem por isso se disse que os que haviam comprado as terras estavam agindo imperialisticamente. O Paraguai submeteu-se a um parto terrível. Sua história cheira à terra ferida. Seu povo sofreu horrores, da mesma forma que o povo boliviano, o povo brasileiro e os povos da América Latina.

Itaipu surge no contexto de uma interrogação, muito mais feita por argentinos e paraguaios do que por brasileiros: a grande obra seria a subordinação desses países ao Brasil? Perguntam, ainda: "quem está por trás disso? Os americanos estariam financiando o Brasil para usá-lo como ponta de lança no hemisfério?"

O que se pode adiantar é que a Doutrina Monroe teve várias roupagens. A última foi a chamada "Aliança para o Progresso". Depois tentaram a fórmula do "Projeto Camêlo", que não pôde ser posto em execução. Através desse projeto, os Estados Unidos tomariam o pulso de todos os movimentos insurrecionais que explodissem nos países latino-americanos. Claro que essas insurreições seriam sempre contra eles. É que o imperialismo encontra formas novas de se impor.

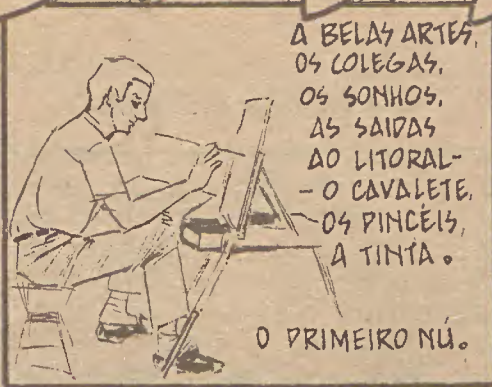
E ele pode enganar a um homem durante o tempo todo, pode enganar alguns homens durante algum tempo, mas não pode enganar a todos os homens pelo tempo todo. A fórmula é de Lincoln e é correta. A recíproca também é verdadeira para os países onde o neocolonialismo se instalou.

Por essas razões pode-se concluir que Itaipu será, sem dúvida, uma obra de integração, não paternalista, mas com a participação dos países que dela se beneficiarem. O arrojado do projeto — tal como a ponte Rio-Niterói — não é para se medir em termos de vantagens imediatas. Cu nos preparamos para prosseguir em desenvolvimento contando desde já com recursos criados agora, ou quando chegar o chamado momento objetivo já será tarde demais, tanto para o Brasil como para o Paraguai e Argentina.

20 ANOS DEPOIS, 6 DE JUNHO DE 1974
E LEMBRAR 1953, OBRAS PRIMITIVAS
(SEM PREÇO) E OS PREMIOS EM
CARTAZES - AINDA AMADOR.

EDISON BRAGA

COLETIVAS, INDIVIDUAIS, OS PRIMEIROS
CONVITES, O ATELIER. TENTATIVAS, FRA-
CASSOS, SUCESSOS. PESQUISAS, ES-
TUDOS - CERÂMICA, ESCULTU-
RA, DESENHO PUBLICITÁRIO, AR-
QUITETURA.



A BELAS ARTES,
OS COLEGAS,
OS SONHOS,
AS SAIDAS
AO LITORAL -
O CAVALETE,
OS PINCEIS,
A TINTA.

O PRIMEIRO NÚ.

O CAIS, AS NOITES MAL DOR-
MIDAS, AS MODELOS, O
AMOR E O DESAMOR,
A VOLTA - INGREDIENTES
PARA O RECONHECIMENTO.

MINHA ARTE UM
DIA NECESSITOU
DA CIENCIA: PSICO-
LOGIA, SOCIOLOGIA...
...E DAS OUTRAS ARTES:
MÚSICA, TEATRO, CI-
NEMA, FOTOGRAFIA.



MEU NOME, MINHA OBRA
A FOTO NO JORNAL.
OS CONGRESSOS,
AS VIAGENS...



CARTOONS, QUADRINHOS.
1º PREMIO EM CARTAZ
UNESCO (FRANÇA) E BIENAL.

O PORTO: AS OBRAS PARTINDO - CANADÁ, IUGOSLÁVIA, ESTADOS UNIDOS,
FRANÇA, BELGICA, ITALIA, INGLATERRA, ALEMANHA, SUECIA, ESPANHA,
ARGENTINA, VENEZUELA, E AGORA AFRICA DO SUL.

MEUS ALUNOS, SAUDADES DO MEU TEMPO

HOJE BUSCO O HORIZONTE DE INFANCIA NA PROFUNDEZA DO MEU EU E O COLOCO SOB UM AGRESSOR CÉU PROFUNDO QUE MESMO ASSIM NÃO ME CANSAREI

CÉU AZUL,
ESCURO, TRANSPARENTE,
VERTICAL - SIMBOLOS
ABSTRATOS, RESULTA-
DO DE GESTOS
NERVOSOS.

ETERNAS MADRUGADAS, ONDE O NASCI-
MENTO É MAIS DO QUE O NASCIDO,
A HORA EM QUE A OBRA GANHA O VALOR
PELOS MOTIVOS DA REALIZAÇÃO E
NÃO AO REALIZAR-SE O

TINTA ESCORRENDO, LEVANDO PARA ALEM DA FORMA
O RESULTADO DO CHOQUE DE GESTOS

RESULTA EM SINGLOS O VALE-VEM DE BRACO
QUE RASGA CONTINUAMENTE
O ESPAÇO: PINTOR-OBRA.

FIGURA LEVE E SUAVE, FANTÁSTICA, ESPACIAL, SUBJETIVA,
SATÍRICA, SAUDOSA, ROMANTICA, NOSTÁLGICA,
SURREALISTA - NEO SURREALISTA.

NOVAS FORMAS EM NOVAS OBRAS SÃO GERADAS
PELA PROVOCAÇÃO DINÂMICA DAS FORMAS DAS ÚLTIMAS OBRAS.

AS MINHAS ETERNAS NAMORADAS METÁFORAS,
QUERENDO SIMPLEMENTE COMUNICAR,
COMUNGAM O PARTICIPANTE - OBSERVADOR EM TERMO!

A QUEM ENTRAR EM MEU MUNDO FANTÁSTICO:
TERÁ QUE SUJEITAR-SE A DINÂMICA CONTÍNUA ENFORÇANTE
DOS "NÃO NUM MUNDO DE SIM O VICE-VERSA"

TALVEZ SEJA ESTE O MAIS DELICADO E COMPLETO PONTO DE LIGAÇÃO
ENTRE PINTOR-ESPECTADOR, JA' QUE É IMPOSSÍVEL UMA VIVÊNCIA
ININTERRUPTA EM MEU ATELIER.

A SITUAÇÃO METAMÓRFICA PRENDE-SE AO PROGRAMA PILUDDO
DA TEXTURA, LEVANDO PARA ALEM DA PRÓPRIA FORMA DO SENTIDO AS
MINHAS OBRAS (MEUS RETRATOS) NÃO
QUERENDO SIMPLEMENTE COMUNICAR,
COMUNGAM O PARTICIPANTE - OBSERVADOR EM TERMO!

A CONVITE DE SÉRGIO TASTALDI, EDISON BRAGA EXPOE PINTURA NA INAUGURAÇÃO DA GALERIA LAPIS, DIA 6 DE JU-
NHO AS 21 HS. CLUBE SOLAR DE AMIGOS SERVE O 4º FESTIVAL BRASILEIRO DA BATIDA
NO COQUETEL. A EXPOSIÇÃO ESTARÁ ABERTA ATE' 14.6 DAS 9 AS 21 HS.
RUA JERONIMO DA VEIGA, 448 - JARDIM EUROPA - SÃO PAULO

CULTURA-SEMICULTURA-CONTRACULTURA

Clóvis Moura

SOLANO TRINDADE MORREU (?)

Faleceu o poeta Solano Trindade. Sem grande divulgação na imprensa, a sua morte deixou, contudo, um grande vazio na nossa cultura. O poeta, com sua grande simplicidade, foi um batalhador. Enfrentava sorrindo as tempestades. O seu idealismo fê-lo incompreendido; o seu despreendimento fê-lo um injustificado. Grande homem, coração generoso e fraternal, poeta dos melhores aparecidos nos últimos tempos, Solano Trindade era daqueles homens que somente sabem dar.

Fundou, juntamente com o antropólogo Edison Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro, por ele fazendo sacrifícios inacreditáveis. Criou também o grupo "Brasiliana", depois explorado comercialmente por um estrangeiro, e a Frente Negra de Pernambuco. Foi o iniciador do movimento de arte do Embu, prodigalizou incentivos, estendeu a mão fraternal a todos.

No entanto, quando a saúde lhe faltou e ele necessitou de uma simples aposentadoria como escritor — tinha direito incontestado — esta lhe foi negada. Os mistérios insondáveis da burocracia e o indiferentismo dos seus colegas escritores, que deviam se mobilizar para conseguir aquilo a que tinha direito, levaram-no a procurar, a fim de morrer, a benemerência do poder público.

Autor de vários livros, percorreu países da Europa levando o nosso teatro, as nossas tradições, o nosso folclore como criações artísticas do nosso povo para serem admiradas lá fora. Fez muito mais do que a maioria dos que têm os seus nomes projetados nas colunas dos suplementos literários da chamada grande imprensa.

Mas, Solano era negro, pobre e democrata. Homem que tinha nas entranhas uma vontade indomável de valcrizar o negro brasileiro, não através de amparo ou paternalismos, mas de autêntica afirmação consciente, expressou este sentimento em poemas do mais alto nível poético. Quem lê a poesia "Trem da Leopoldina" sente o quanto Solano era poeta, mas, ao mesmo tempo compreende todo o potencial de sensibilidade que tinha para com a problemática do seu povo.

Sua obra está praticamente espalhada em revistas ou guardada em algum lugar, pois em vida publicou apenas três livros: "Poema de uma Vida Simples", "Seis Tempos de Poesia" e "Cantares ao meu Povo". Sua filha Raquel, em entrevista que deu a um jornal local (7/12/72), declarou que a União Brasileira de Escritores iria publicar a sua última obra: "Menino do Recife". Não publicou.

Agora, certamente, terá nome de rua, homenagem póstuma, discursos laudatórios, numa série de comemorações gratuitas que irão, apenas, promover os seus organizadores. As custas de um grande poeta, um homem decente, um amigo fraternal, simples, negro, pobre e democrata.

I.N.L. TEM NOVO DIRETOR

Foi nomeado o escritor Herberto Sales Diretor do Instituto Nacional do Livro. Vamos ver se agora as coisas andarão melhores e desaparecerão os donos dos prêmios instituídos pelo Instituto. Porque o que antes imperava era um protecionismo a certos grupos de intelectuais que revelava um facciosismo inteiramente pernicioso. Os Walmir Ayala e outros protegidos certamente deverão estar, a esta hora, andando apressadamente pelos corredores do INL para apertarem a mão do novo Diretor.

Centenas de obras de jovens escritores estão nas gavetas — obras sérias e válidas — enquanto o INL teima em beneficiar um pequeno grupo de escritores já consagrados e que não necessitam de amparo oficial para publicarem os seus livros. Mas, por incrível que pareça, são esses os beneficiados pelo INL. Vamos ver se agora as coisas mudam, embora não tenhamos esperança. Voltaremos ao assunto.

UM POETA PERUANO

Faz pouco tempo que, comentando o livro de um poeta, falava da crise de comunicação na poesia brasileira. E acentuava, no mesmo artigo, que, ao nosso ver isto advinha da opção que os poetas atuais estão fazendo frente à problemática social que se lhes apresentam e sobre a qual têm de opinar. Estas considerações iniciais surgem em face da clareza e da comunicabilidade marcante do livro de Nicomedes Santa Cruz (1), cuja leitura terminamos. Este poeta peruano pode ser enquadrado entre os principais realizadores da América Latina, porque a sua poesia, vinda de raízes profundamente populares, passa por um processo de filtragem, que é a vigilância estética do poeta, resultando disto uma poesia que é de fácil leitura porque incorpora ao seu corpo os elementos de comunicação fundamentais da língua espanhola, e, ao mesmo tempo, levanta a problemática emergente das minorias negras do Peru.

Sua filiação poética está ligada a Hernandes do "Martin Fierro", aos poetas crioulos que o seguiram, a Nicolás Guillen, a uma certa parte da obra de Martí e lembra algumas vezes (embora não se sinta influência direta dele nos seus versos) Frederico Garcia Lorca. O livro é quase todo em redondilha maior, com alguns poemas de versos chamados livres. Usando o espanhol mas a ele acrescentando a parte neológica do vocabulário africano. Nicomedes Santa Cruz faz um livro fundamentalmente popular e essencialmente peruano.

Um exemplo: "Yo tengo fe en el destino/ de esta mi patria peruana/ por la calidad humana/ de obreros e campesinos, / pues pese al duro camino/ de escarnio y explotación/ intacto está el corazón/ de raza pujante y fuerte/ ressurecta a diaria muerte/ e secular opresión". Citamos este trecho para mostrar o sentido peruano, nacional da sua poesia. Por outro lado, por ser popular o A. não deixa que a sua poesia se mantenha no nível do folclórico. Não. Ele consegue reelaborar esses ritmos muito bem e elevá-los ao nível literário, criando, assim, uma obra de alta qualidade.

Escrevendo em espanhol, joga também com palavras afroperuanas e quichuas, construindo com esta argamassa os seus elementos de comunicação. E o que ele comunica? Os problemas das comunidades desprotegidas, acossadas por uma realidade angustiante. Esta temática leva a que sua poesia se concentre, adquira um estilo nervoso, denso e algumas vezes torturado. Ótimo livro de um grande poeta.

(1) — Nicomedes Santa Cruz: — "Ritmos Negros del Peru", Ed Losada, B. Aires, 1971.

Assine o
JORNAL DE DEBATES

CRISE NO TEATRO

Houve época, que poderemos chamar "de ouro", em que o teatro brasileiro aparecia como uma arte promissora. Não apenas pelo nível artístico dos espetáculos e a qualidade das peças escritas por autores nacionais, mas, também pela exibição de peças estrangeiras de autores consagrados no exterior. Os profissionais do teatro, por seu turno, sentiam que já havia possibilidade de uma certa estabilidade no gênero de atividade que haviam escolhido. Vários grupos do teatro chamado "de vanguarda" apareceram e sentia-se que valores novos no campo da dramaturgia estavam aparecendo. O público — especialmente os jovens — afluía às casas de espetáculos. O movimento teatral em São Paulo (e na Guanabara) parecia que apontava uma época das mais promissoras para a nossa arte cênica.

O número de espectadores diminui. Os teatros entram em crise. Os atores procuram a TV como válvula de salvação.

No ano passado foram apresentadas, em nossos teatros, apenas sete peças inéditas de autores nacionais. A maioria endereçada às crianças. Um dos sucessos da temporada, "Falando sem Calças", em dois meses de exibição registrou a presença de 4.734 pessoas, sendo que 1.769 eram convidados, ou, em outras palavras, não pagaram ingresso.

Finalmente, o que está acontecendo ao nosso teatro? Será que está faltando imaginação, a autores de talento como Guarnieri, Plínio Marcos, Osvaldo Viana Filho e outros, ou há outras injunções mais poderosas bloqueando a possibilidade de criação?

Seja qual for a explicação, o certo é que o nosso teatro está precisando de transfusão. Porque da forma como vai termina morrendo.

Que falem os teatrólogos sobre o assunto.

BONITINHA ... MAS ORDINÁRIA

Quem assistiu a peça "Bonitinha... mas Ordinária" no Teatro Paol, terá razões para acreditar no desenvolvimento do teatro brasileiro. Refiro-me a um teatro que focalize ou expresse uma estória que fale do Brasil, dos seus costumes, de suas peculiaridades, de sua cultura, de suas tradições, e porque não dizer, também dos seus defeitos. Depois da histeria provocada pela vinda de Alice Cooper, é sempre confortador assistir uma peça de Nelson Rodrigues, que, no dizer de um crítico, é um moralista às avessas.

A trama gira em torno de Ritinha — Miriam Mehler — que tudo faz, até o último sacrifício, para que suas irmãs, tres colegiais, se casem virgens. Não consegue esse objetivo, e em torno disso é que se desenrola a peça. A única restrição que faríamos, seria quanto a desatualização do texto, sobretudo no que toca a super valorização do conceito de virgindade, e o dinheiro que o devasso milionário Dr. Werneck — Evilasio Margal — oferece para compra de um marido à filha disvirginada.

Setenta mil cruzeiros, hoje, não se compra marido nenhum, mesmo que esse marido seja um ex-contínuo. Excelente a direção de Antunes Filho, e correta a interpretação de Sylvia Borges como Maria Cecilia. Enio Gonçalves muito bom como Edgard, Sebastião Campos idem como o Dr. Peixoto. Marcia Real discreta como esposa do milionário, e Temiltom Tavares brilhante como o "play boy" brasileiro com todos os arrebanhos de um James Deam caboclo. Clarisse Abjmar convicente nas vezes que surgiu em cena.

O final, com o sol iluminando os dois amantes, é uma demonstração de crença nos valores humanos, mesmo numa sociedade dissoluta, burguesa e gosadora. "Bonitinha... mas Ordinária" será, creio, sucesso teatral de 1974.

PASCOAL MELANTONIO

CULTURA-SEMICULTURA-CONTRACULTURA

SOCIOLOGIA DO CINEMA BRASILEIRO

Na visão crítica de Glauber Rocha, o cinema brasileiro ainda se serve — nos dias atuais — do populismo político como forma de expressão. Em *Problemas del nuevo cine* — publicado em Madri em 1971 — ele chega a conclusão de que "o povo não é simples" e que, portanto, fazer filmes com base nessa falsa simplicidade é assumir uma posição reacionária ou, pelo menos, acomodatória.

O segredo do sucesso de um filme está na distribuição e a situação não mudou quase nada desde quando a Vera Cruz — empresa inexistente hoje — confiou o lançamento de suas produções à Columbia Pictures. Além disso, há problemas com financiamento — de dinheiro e liberdade de criação — que o cinema brasileiro não conseguiu superar até os nossos dias. E, por força destas e de outras circunstâncias, baixou assustadoramente o nível cultural das nossas películas. E afirma Glauber Rocha:

— Creio que o Brasil é um país onde o cinema é de vital importância e que, sobretudo, precisa criar condições para desenvolver uma arte própria, tanto nos seus aspectos culturais como técnicos. Não vai ser fácil, como prova o fato de haver sido quase vão o esforço da corrente nova que, em doze anos, só produziu 32 filmes. Consola-nos o fato de Roma não haver sido construída em três dias.

O cinema novo, conhecido também como de arte, já não existe. Tomou por veredas, afastando-se da estrada laria, com os seus realizadores acabando por confundir criação com



comunicação. O populismo, com uma certa dose de messianismo, marcou acentuadamente a atuação intelectual e a preocupação cultural dos nossos produtos. Ora, para se conseguir acesso ao público, em termos de arte revolucionária, seria preciso que fosse constante o processo da revolução. Isto é, seria necessário que — a cada momento — se produzissem novas condições de rompimen-

to. Para Pio Baldelli — um dos mais prestigiosos críticos da Itália — o cinema de intervenção seria o ideal para atingir a comunicação no seu ponto mais simples, uma vez que seria "capaz de calar nas situações concretas e com desmontagens e remontagens de acordo com os fatos reais, poderia ser preparado como um panfleto". No caso, o comentarista fala de um público em nível de apreender a mais sofisticada abstração. Mas, no

Brasil, a aventura seria considerada temerária.

Começa que há, entre público e povo, uma diferença abismal. Mazaropi, por exemplo, a percebeu e em consequência — da mesma forma que Roberto Farias — deixou a Arte para outra oportunidade. A luta do produtor brasileiro se reduziu a um esforço, puro e simples, de sobrevivência. O fato indiscutível é que o cineasta nacional se inibiu.

Mas a adversidade das circunstâncias é tão passageira quanto a favorabilidade das condições. Um dia, o cinema novo brasileiro ressurgirá das cinzas e — já aí — como um instrumento de uma consciência coletiva da necessidade de criar e desenvolver uma sociedade em cujos quadros o sol nasça para todos. Por enquanto — mas só por enquanto — a arte não enche a margem de ninguém. Pelo contrário, até a esvazia. E não estamos mais na época em que se morria de fome como preço pela consagração da posteridade, duzentos anos depois.

A ruína do nosso cinema é a de uma casa cuja construção foi abandonada antes de ser levantada a cumieira. E quando novamente dispusermos de material e mão-de-obra, o problema não será o de terminar a obra deixada em meio. Mas partiu para uma outra, desde os alicerces. O que vai determinar o nível das futuras películas é a nossa capacidade de estudar, pesquisar e experimentar até que sôe a hora de produzir. Estamos fazendo isso?

UM ACONTECIMENTO DA SEMICULTURA

NELSON WERNECK SODRÉ

No ano do sesquicentenário da Independência, comemoramos outros acontecimentos também significativos. Entre estes, a passagem do quinquagésimo aniversário da realização da Semana da Arte Moderna, que alguns pretendem ter assinalado o início de uma revolução literária e artística no Brasil. Jornais e revistas deram grande destaque àquela escandalosa ocorrência e aqui mesmo — nesta folha — três autores dela se ocuparam, apreciando-a de diferentes ângulos. Tudo isso significa, no fim de contas, que o espetáculo paulista continua presente nas cogitações dos que se interessam pelo nosso desenvolvimento cultural. Ter resistido à passagem de meio século é demonstração — sob certos aspectos — de vitalidade surpreendente.

Na verdade, porém, é muito pequena a importância do que — há cinquenta anos — aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo. Só resistiu ao esquecimento em virtude de um esforço singular dos que participaram da Semana — e de cuja repercussão passaram a usufruir — no sentido de a manter como objeto permanente das atenções. E o conseguiram em razão da deficiência da crítica literária brasileira — natural, até certo ponto — e por força do fato de as análises em profundidade terem cedido lugar aos comentários de uma mediocridade triunfante, hábil em disfarçar a sua falta de sabedoria e conhecimento.

Custa crer, realmente, que um acontecimento desprovido de significação tenha resistido tanto, a tantos anos de distância. Desse falso lugar na história — dessa importância descabida — sempre souberam se aproveitar os que participaram do ocorrido, colocando-se como sócios correspondentes do grupo que montou o espetáculo garrido e pitoresco. Alguns conquistaram, com o título, destaque literário e político. Fizeram carreira nos cartórios, nas academias, nas câmaras e nos jornais. Os dividendos fo-

ram grandes, sem dúvida. E, não sendo numerosos os acionistas, os lucros ficaram concentrados. Mas já é tempo de policiá-los um pouco.

Há que distinguir, preliminarmente, entre duas coisas: a Semana de Arte Moderna e o Modernismo. A primeira foi simples episódio — e dos menos importantes. O segundo representou etapa significativa no desenvolvimento histórico das letras brasileiras e constou do processo mais ou menos longo — rico e variado — do qual resultou uma mudança qualitativa da nossa literatura. O espetáculo paulista foi aventura interessante de reduzido grupo de figuras da capital bandeirante, com convites extensivos a algumas do Rio de Janeiro — todas muito conhecidas da sociedade, bem postas e melhor situadas, de posição heterogênea.

Foram mobilizadas pela esperteza e arte de uns poucos — na maioria jornalistas — que pretendiam despertar a atenção com atitudes, já que não o conseguiam com os seus escritos. A verdade, nua e crua, é que — entre os participantes da ruidosa Semana — o único que atravessou o tempo com a sua obra foi Mário de Andrade. Os demais — uns depressa, outros devagar — foram declinando de importância, mesmo aqueles que a tinham na época, ou aparentavam ter.

O que a Semana de Arte Moderna apresentou foi, pois, muito pouco em comparação com o Modernismo: este, sim, importante — de vez que acabou por se impor com o aparecimento do romance como gênero dominante. Esta é outra diferença e fundamental: enquanto o espetáculo do Teatro Municipal de São Paulo — sob muitos aspectos, longe de ser uma manifestação de vanguarda — não despertou atenção alguma entre o público, o Modernismo se popularizou na quarta década do século: fenômeno novo na nossa literatura, pois o renome literário era — até então — feito na igreja dos elogios mútuos dos confrades.

Basta isso para avaliar a diferença entre a desimportância de uma coisa e a importância de outra. Além disso, conquanto a Semana de Arte Moderna tenha se preocupado em apresentar criações novas, originais e escandalosas em todos os domínios artísticos, a verdade é que sua repercussão ocorreu muito mais por força do que foi feito no campo da literatura — e aí se plantou e cresceu. No entanto, houve uma grande renovação — principalmente na pintura — alargando-se o círculo dos interessados, independentemente do que foi apresentado no Teatro Municipal paulistano.

É preciso começar a definir as coisas e a colocá-las nos devidos termos. Assim, será fácil verificar como alguns autores completamente esquecidos — ou sonogados pelos empresários do espetáculo no Teatro Municipal — tinham mais importância do que os participantes. De Lima Barreto, por exemplo, ninguém se lembrou. Ronald de Carvalho, um dos badalados — autor de uma latismável *Pequena História da Literatura Brasileira* — nem chega a citar o nome do grande romancista no seu compêndio. Outro marginalizado foi Monteiro Lobato que, apesar da sua incompreensão ante a pintura, realmente moderna, de Anita Malfatti — que depois regressiu — foi um renovador da prosa brasileira.

Gilberto Amado, também, não foi lembrado. Passara à política, mas era escritor de pulso, capaz de discutir, analisar e criticar. Esses autores e outros mais tinham mais importância do que aqueles que empresaram a Semana de Arte Moderna e usufruíram da sua ruidosa repercussão ao longo de meio século. Eram, na verdade, modernos. Eram aquilo que os participantes do espetáculo no Teatro Municipal pretendiam ser ou desejavam aparentar. Eram — no autenticamente e, por isso, estão vivos, enquanto a maioria dos organizadores da festa paulistana desapareceu da circulação, com alguns esquecendo de se deitar.

NUAS & CRUAS • NUAS & CRUAS

O SOMBRIO PANORAMA

Se o Ministério da Saúde tivesse recebido atestado; de óbitos — que é 50% interior ao número de mortes registradas — naturalmente divulgaria números mais expressivos do que os que seguem abaixo. Antes, porém, é preciso dizer que não há nada que possa causar alarma, mesmo porque alguns dados não se constituem em novidade. A incidência de mortalidade — tanto infantil como de expectativa de vida — no Brasil já foi objeto de sérios comentários na OMS — Organização Mundial de Saúde, não como advertência às autoridades, principalmente da década de 60, mas como matéria para ser "digerida" pela imprensa nacional. Em termos atuais (o mais atual possível, reconhecido pelo Ministério da Saúde), temos um quadro assim constituído:

A maior incidência de mortalidade entre os brasileiros está na faixa de 0 até um ano de idade. Tendo como base o número mil, a percentagem é de 33,2 por cento de mortos, o que equivale a 333 por mil. Na faixa de cinco a 14 anos há mais resistência: morrem só 4,4 por mil. No Nordeste a mortalidade atinge 122 habitantes por mil.

No Amazonas o índice é de 38 por cento (a base é sempre mil). No Pará morrem também 38 por cento. A seguir: Maranhão, 47,7%; Piauí, 30%; Ceará, 25,7%; Rio Grande do Norte, 32,7%; Paraíba, 19,9%; Pernambuco, 33,2%; Alagoas, 44,47%; Sergipe, 26,2%; Bahia, 58,1% e Minas Ge-

rais, 76,7%. (Bahia e Minas Gerais são mais exigentes, e os atestados de óbitos são exigidos com maior rigor, daí a elevada incidência, porque registradas).

Os dados são de 1972, reconhecidos pelo Ministério da Saúde e tidos como os mais completos. O trabalho (pesquisa de campo) abrangeu vários municípios brasileiros, destacando-se os de Amazonas (19), Maranhão, (9), Piauí, (7), Ceará, (14), Rio Grande do Norte, (10), Paraíba, (8), Pernambuco, (16), Alagoas, (13), Sergipe, (30), Bahia, (15), e Minas Gerais, (23). Nos 12 Estados pesquisados o número de mortos foi de 5.037.

O quadro epidemiológico da Fundação SESP, considerado limitado, comprovou, segundo técnicos do Ministério da Saúde, a tese segundo a qual a população infantil com menos de um ano de idade é a mais desprotegida. Os números, por Estados, são os seguintes: Amazonas, 222 (menos de um ano) 118 (de um a quatro anos), e 158, (com mais de 65 anos); Pará, na mesma escala, 930, 458, 749, Maranhão, 215, 101, 238; Piauí, 542, 305 e 467; Ceará, 1.537, 1.033; Rio Grande do Norte, 945, 193 e 382; Paraíba, 959, 364 e 469; Pernambuco, 1.877, 486 e 653; Alagoas, 522, 142 e 330; Sergipe, 478, 227, 782; Bahia, 1.257, 693 e 877; Minas Gerais, 1.037, 364 e 760.

Os índices de mortalidade por Estados, em relação a 1.000 habitantes, são os seguintes: Amazonas, 3,8; Pará, 75; Maranhão, 2,7; Piauí, 6,2; Ceará,

10,4; Rio Grande do Norte, 7,6; Paraíba, 12,7; Pernambuco, 11,87; Alagoas, 7,8; Sergipe, 6,0; Bahia, 9,7; Minas Gerais, 7,8.

A mortalidade infantil na capital bandeirante tem maior incidência entre migrantes vindos de Minas Gerais e do Nordeste. A propósito disso, médico da saúde pública operando na região industrial do ABC, José Oscar Bottas, a serviço do Estado, confirmou que o problema de verminoses, apanhadas nas lagoas no município de Santo André, por exemplo, é típico de populações nômades. Eles chegam aos centros mais desenvolvidos já contaminados principalmente por esquistossomose. Em geral banham-se nessas lagoas e fazem necessidades fisiológicas nas margens. Suas fezes contaminam a lagoa.

E, nessa mesma região, segundo dados fornecidos pela Divisão Regional de Saúde, morreram, em 1973, 93 mil crianças. Convém notar que a população na Região é de cerca de 900 mil habitantes, mas já estimada

pelo IBGE, em dados mais recentes, em cerca de 1.300.000 habitantes. O problema — da mesma forma do que ocorrem em Minas Gerais — tem a ver com focos endêmicos, onde populações inteiras utilizam água contaminada por xistose, além de toda uma problemática de carência alimentar, métodos de higiene e de recursos de saneamento básico. Um exemplo típico é o que acontece no município de Mauá, cidade que absorve grandes indústrias químicas e tida como uma das mais poluídas da América Latina: o Instituto Adufo Lutz analisou casos de verminoses em crianças em idade escolar. Em um só grupo (de cerca de mil crianças) a incidência é de 93 por cento de casos positivos. Por dedução, calculam que 85 por cento da população está contaminada por verminoses, contraída graças à ingestão de água infectada por bactérias fecais. Não há rede de esgoto suficiente, e a maioria bebe água de poços rasos, quase todos contaminados.

TURISMO

São Francisco dos Campos

O turismo, acertadamente denominado «a indústria da paz», é, no mundo moderno, uma das maiores fontes de renda para os países que compreenderam a sua verdadeira importância; e o Brasil, que dispõe das melhores condições para se beneficiar com essa atividade, nobre e pacífica, entrou no caminho exato quando, em 1967, o governo da Revolução criou a Empresa Brasileira de Turismo — a EMBRATUR.

Embora por demais modesta — apenas 8% — a percentagem que concedeu ao turismo, mediante incentivo fiscal que as pessoas jurídicas podem retirar das suas declarações do imposto de renda e destinar à EMBRATUR, mesmo assim já se notam os resultados benéficos da oportuna resolução, resultados que se concretizam através dos mais variados empreendimentos turísticos. Entre estes, queremos aqui ressaltar «São Francisco dos Campos», a estância climatoturística pioneira do Brasil, fundada em 1894, pelo Barão da Bocaina, na parte norte dos Campos do Jordão, a mais bela região do país, situada no alto da Serra da Mantiqueira, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e que agora está renascendo através da Companhia Territorial e de Turismo de São Francisco dos Campos do Jordão — TER-TUR, fundada em 1969, com esta finalidade, pelo Dr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, filho daquele titular, e que é o seu Presidente.

A TER-TUR, com um capital autorizado de Cr\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seis-

centos mil cruzeiros), dos quais mais de um terço já realizados, está ativando as obras da estância, que espera ver concluídas, em sua maior parte, até o próximo ano de 1974.

Por outro lado, vai ser iniciada a venda de terrenos, com um loteamento denominado «Sol Nascente», anexo às instalações da estância.

«São Francisco dos Campos», situada a 1.600 metros de altitude, goza do mesmo clima e natureza da grande estância de «Campos do Jordão», à qual está ligado por ótima estrada. Dista 225 quilômetros de São Paulo e 271 do Rio de Janeiro, a maior parte do percurso é feita pela Rodovia Presidente Dutra, até a cidade de Lorená, onde se toma a Rodovia BR-459, pela qual, passando por Piquete, se percorrem 32 quilômetros, encontrando aí a estrada que leva a «São Francisco dos Campos», na extensão de apenas 14 quilômetros, sendo este o único trecho que não é asfaltado, mas que oferece perfeitas condições de tráfego. Em «São Francisco dos Campos» se encontra uma volumosa fonte de água radioativa, cuja análise acusou a apreciável percentagem de 11 mches; é, em suma, um lugar fadado a grande futuro.

A TER-TUR tem sua sede em São Paulo, à rua São Bento, 545, 3.a sobreloja, conj. 11 e 12, e são seus diretores, além do presidente, o Dr. João da Cruz Vicente de Azevedo, como diretor administrativo, e Jacques Perroy, como diretor técnico.

8 DA MANHÃ VICENTE LEPORACE O TRABUCO



UTILIZE ESTE HOMEM.
ELE É SUA ARMA.

Sua seriedade. Suas verdades, suas formas de combater as injustiças, tornaram-no uma arma.

Ligue para ele. Exponha os problemas de sua rua, seu bairro, ou de sua cidade.

RÁDIO BANDEIRANTES

NUAS & CRUAS · NUAS & CRUAS

O PATRIOTISMO DO REI DO CHUTE

Pelé, sabemos todos, recebeu fabulosas propostas para integrar equipes de futebol no exterior. Rejeitou todas as ofertas, alegando que — acima de tudo — estava o seu grande amor pelo Brasil. Dinheiro nenhum — costumava dizer — faria com que abandonasse a pátria que tanto estremecia. Essa atitude, no entanto, não era tão cívica quanto o rei do chute queria fazer crer. Por trás do gesto patriótico, estava a razão material de ganhar aqui — fora do gramado — muito mais do que lhe pagariam os clubes estrangeiros.

No exterior, seria apenas um jogador de futebol muito bem pago, mas sem possibilidade de faturar com atividades que não têm relação com o fato de ser um bom-de-bola. Aqui, o Santos lhe paga três vezes menos do que lhe era oferecido por times da Alemanha ou da Itália. Mas o que ganha por fora como garoto-propaganda, artista de novela e de cinema, escritor e jornalista — deixa muito para trás os régios ordenados que lhe pagariam no estrangeiro. E, não podendo ser na Europa uma figura racional — mas um mero, e mercenário fazedor de gols — não conseguiria valer-se da projeção esportiva para fazer grandes negócios. Jamais aumentaria a pecúnia explorando a fama em outras áreas profissionais.

Acreditamos, agora, que a sua intransigente recusa em integrar a seleção brasileira no próximo campeonato mundial de futebol se deve ao fato de lhe haverem oferecido 280.000 dólares para ser um cronista do espetáculo. Essa importância ele jamais ganharia como vaca sagrada do time brasileiro, ainda que ganhássemos o troféu e que dissesse ter sido a vitória uma construção sua. A jogada fora do estádio acabou não dando certo porque os comentaristas esportivos denunciaram a infiltração e o ministro do Trabalho lhe cortou os naipes. Nem como simples entrevistado poderá Pelé meter a cara na televisão durante as partidas na Alemanha.

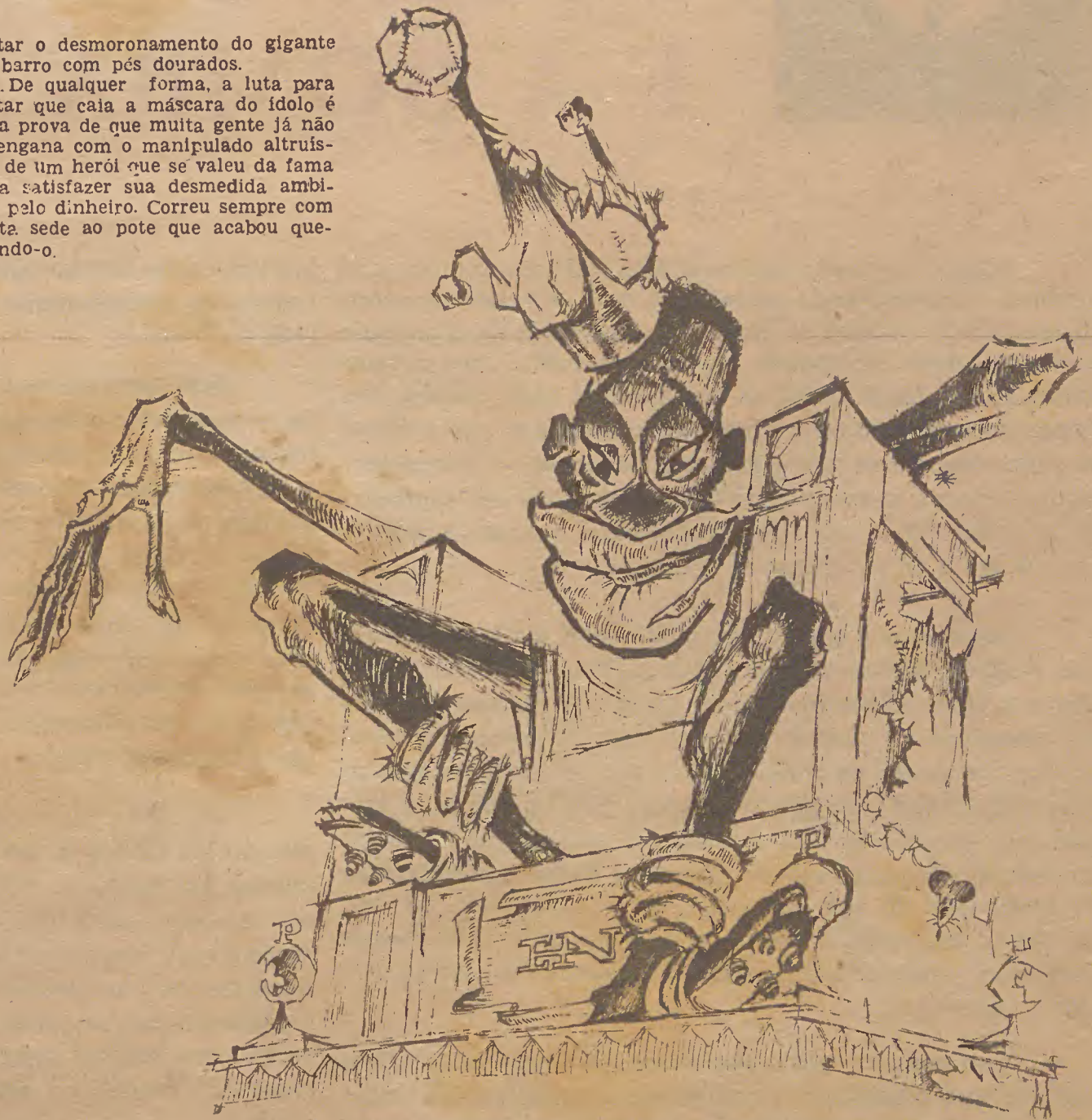
Tornou-se evidente — mesmo para os seus endeusadores — que o sr. Edson Arantes do Nascimento não passava de um cúvido ganhador de dinheiro e que, na sua corrida para o vil metal, jamais se deteria por princípios éticos. E' de lamentar que o sr. Walter Clark, diretor comercial da Rede Globo de Televisão, tenha saído em defesa do rei do chute, assumindo — em consequência — uma posição contrária aos interesses dos que, na sua própria organização, estão no batente há anos.

Compreende-se, perfeitamente, o desapontamento do sr. Clark, de vez que — deixando Pelé de faturar quase 200.000 dólares numa invasão da seara alheia — perdeu a Globo a sua parte na transmissão das crônicas do rei do chute. Mas, que não durmam sobre os louros de uma vitória profissional os comentaristas esportivos. Os advogados do jornalista arrivista não estão dormindo e esperam poder virar a mesa antes que comece o campeonato na Alemanha.

Repare-se, por exemplo, na intensiva propaganda que está sendo feita de Pelé, com dois filmes exaltadores em exibição de um especial da Televisão Globo sobre a vida e os feitos do rei do chute. Pretende-se, com isso, criar uma opinião favorável à pretensão jornalística do sr. Edson Arantes do Nascimento. Ou então já está o bom-de-bola tão desmascarado que se impôs uma contra-ofensiva propagandística para

evitar o desmoronamento do gigante de barro com pés dourados.

De qualquer forma, a luta para evitar que caia a máscara do ídolo é uma prova de que muita gente já não se engana com o manipulado altruísmo de um herói que se valeu da fama para satisfazer sua desmedida ambição pelo dinheiro. Correu sempre com tanta sede ao pote que acabou quebrando-o.



O FANTASMA DO ESTATISMO

Nos termos de uma política que ponha toda a ênfase na solução dos problemas relacionados com a promoção do bem-estar de toda a coletividade, jamais a incentivação do comércio externo conduzirá a qualquer êxito. Como exportador — mesmo em grande escala — o Brasil jamais adquirirá o impulso para o "break through", para furar a barreira do atraso. Mesmo sem muros na costa — sem que nos arroxassem os esquemas bonapartistas das empresas multinacionais — só haveria uma decisão a tomar, em face dos desafios que nos são feitos: mobilizarmos-nos para queimar etapas e, assim, nos capacitarmos para a ocupação com o trabalho reprodutivo — nunca com "exércitos da berracha" — dos imensos espaços vazios do nosso império geográfico.

E que torçam a orelha sem sair sangue os que, pouco se importando que o povo fosse mal desde que a sua economia navegasse de vento em popa — como observou o ex-presidente Médici — se alarmam agora com a possibilidade de o Estado tomar a si a missão que não cumpriram.

Na Justiça:

O NOSSO "VIDEOGATE"

Volta à cena o dinheiro da Copa de 66

A 5.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou a ação popular, movida por um grupo de estudantes de Direito contra o governo e a Associação das Emissoras de S. Paulo, a propósito da transmissão dos "tapes" da Copa de 66, absolvendo o primeiro e condenando a segunda a restituir as verbas indevidamente recebidas, somando 580 mil cruzeiros.

O caso, na época, teve grande repercussão, pelas graves irregularidades no projeto e o elevado preço que o Tesouro do Estado pagou para "dar a cada brasileiro uma cadeira na Copa do Mundo".

No curso da ação ficou positivado que a estimativa de custos fora elaborada pelo Sr. Paulo Machado de Carvalho, da Rádio Record.

O Tribunal de Justiça consignando que o decreto não exigiu prestação de contas, encontrou cobranças de te-

leviscionamento de jogos realizados no Brasil, despesas com promoção e a compra, não realizada, de 500 rolos de vídeo tape no valor de 470 milhões antigos, tudo somando os 580 milhões que agora terão de ser devolvidos por quem ficar apurado que se apropriou do dinheiro.

Nota-se, no desfecho deste rumoroso e lento processo — que o vulgo apelidou de "videogate" — a ausência física de Paulo Planet Buarque que, com sua verve de "locutor esportivo", levou Ademar de Barros e Assembléia Legislativa a realizarem a criminosa transação como "um negócio honesto", e, também, a falta de referência aos espetaculosos incêndios da Rádio e TV Record, onde estaria sob custódia o referido material. Gostaríamos de ver consignada na sentença a devida correção monetária, pois, em 1966 a importância nos parecia bem maior do que esses pobres 580 mil cruzeiros novos, agora citados.



O ARROZ, O FEIJÃO E A BOMBA

Segundo a tese neocolonialista da não-proliferação atômica — que a grande imprensa adotou no noticiário sobre o recente feito nuclear da Índia — o importante para um país subdesenvolvido é a comida. No caso específico da explosão realizada por Nova Delhi, os comentários dos jornais do estabelecimento mundial condenaram a experiência infernal no subcontinente asiático. Foi uma insensatez — concluíam todos — fazer imensos gastos para dominar os segredos de uma tecnologia altamente sofisticada, quando o problema real era o de aumentar as safras do arroz.

Conhecemos essa cantiga no Brasil. De toda vez que vem à baila o problema de ingressarmos na era nuclear, pergunta a tecnocracia herodiana: porque gastarmos bilhões em tentativas no sentido de aproveitar a energia atômica, se — por dezenas de anos ainda — não teremos necessidades civis maiores do que a demoler, para a Hanna, o monólito de ferro do Pico do Itabirito? E prosseguia o raciocínio colaboracionista: iremos dispendir somas astronômicas na fabricação do que, para nós, nunca passará de um brinquedo enquanto dezenas de milhões de nativos sequer conhecem uma escova de dentes ou sabem do gosto que tem a Coca-Cola.

Num país em que a população vem crescendo muito mais do que aumentam os meios para satisfazer as suas mais elementares necessidades, o nosso ingresso no Clube Atômico equivaleria a colocar um brilhante no esquelético dedo de um mendigo. De acordo ainda com a argumentação neocolonialista, a perseguição dessa fantasia faria com que faltassem recursos para a execução de um programa realístico de eliminação dos excedentes demográficos, como — por exemplo — o da esterilização das mulheres em toda a faixa da miserabilidade. Para a futurologia alienada, só com a contenção da natalidade nos setores economicamente desamparados da população, se poderia fazer com que diminuisse a responsabilidade social da industrialização, a qual — por falta de capitais — jamais terá capacidade de criar empregos no mesmo ritmo com que nascem as crianças no País.

Na verdade, esses argumentos são hipócritas. As grandes potências nucleares, neocolonialistas, não estão interessadas no aumento da colheita do arroz na Índia ou que, no Brasil, a economia seja aliviada do peso morto demográfico. O perigo, para os monopolizadores da alta tecnologia, é o de se criarem — com a proliferação atômica — processos de desenvolvimento que poriam em xeque os esquemas de dominação mundial armados pelo napoleonismo industrial. É mesmo fingido o temor de que — com a

fabricação da bomba pelos quatro cantos do planeta — se torne mais distante ainda o sonho de estabelecer a paz sobre toda a Terra.

Sem tanta sutileza, que uma louca rainha não poderia ter — mas pelas mesmas razões — Dona Maria I proibiu que fossem fundadas indústrias na sua imensa colônia da América, dizendo textualmente no seu famoso édito: como é demonstrativamente crer, Portugal sem o Brasil é uma insignificante potência. O paralelo só não é perfeito porque os Estados Unidos e a União Soviética são estruturas de poder bonapartista ainda em expansão, enquanto Lisboa — sem ter perdido um palmo do seu vasto domínio ultramarino — já havia entrado num processo de decadência, ao tempo em que foram interditas as atividades fabris nas largas terras que Cabral descobrira.

Com a explosão da sua bomba atômica, a Índia queimou várias etapas do seu desenvolvimento econômico e, inclusive, capacitou-se a produzir mais arroz. Na verdade, se nos lembrarmos do que — certa vez — disse Nehru, o feito nuclear indiano resultou de um esforço para ir ao encontro das necessidades do amanhã. O grande estadista asiático — um homem que se podia medir pelo padrão dos santos — proibiu que fossem vendidos ao estrangeiro os chamados minerais estratégicos, porque isso equivalia a exportar o futuro.

É essa anti-histórica exportação que nos aconselha a tecnocracia herodiana, sob a alegação de que é muito mais barato — e de fato o é — embarcarmos urânio em bruto para os Estados Unidos e recebermos, em troca, os serviços atômicos de que fossemos necessitando. Não precisamos nos esforçar para entrarmos economicamente, quanto antes, na era nuclear. Só aproveitamos, até agora, 15% dos 150 milhões de quilowates do nosso potencial hidrelétrico, não havendo nenhuma razão para basearmos — de momento — o nosso abastecimento de energia em processos muito mais custosos e de mais demorada implantação. Mas a nossa questão não é posta por necessidades que, possivelmente, só surgirão daqui a cem anos. É a de criarmos — por meio de experimentações avançadas — a nossa própria tecnologia.

Se, para nos desenvolvermos nesse campo — que abre as portas para todos os planos superiores da tecnologia — tivermos de fabricar a bomba atômica, então devemos explodí-la, fazendo ouvido de mercador aos que, certamente, dirão que estamos nos metendo em camisa de onze varas, quando o de que precisamos mesmo é colher mais feijão.